

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PRIMEIRO SEMESTRE 2019



INTERBOLSA

A EURONEXT COMPANY

ÍNDICE

1	MISSÃO E ÁREAS DE NEGÓCIO	3
2	PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO	4
2.1	Registo inicial e estruturação e administração de Sistemas centralizados de valores mobiliários	4
2.2	Gestão de Sistemas de liquidação.....	4
2.3	Serviços auxiliares de tipo não bancário	5
3	A GESTÃO DE RISCO	8
4	RISCOS E INCERTEZAS.....	9
5	ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL, ECONÓMICO E FINANCEIRO	10
5.1	Enquadramento institucional.....	10
5.2	Enquadramento económico e financeiro.....	11
6	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE NO PERÍODO	13
6.1	Filiados	13
6.2	Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários	13
6.3	Sistemas de Liquidação	22
6.4	Serviços Auxiliares.....	28
7	SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL SOBRE PRÁTICAS DE GOVERNO DA SOCIEDADE	31
8	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	34
8.1	Introdução.....	34
8.2	Resultados.....	34
8.3	Custos e perdas	37
8.4	Estrutura Patrimonial.....	38
9	DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA	39
10	COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	40
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO ÀS CONTAS	41

1 MISSÃO E ÁREAS DE NEGÓCIO

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (de ora em diante, abreviadamente, designada por INTERBOLSA) é uma sociedade anónima que tem por objeto a gestão de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de valores mobiliários.

A missão da INTERBOLSA consiste em:

- fornecer aos intervenientes no mercado de capitais, instituições financeiras e entidades emitentes, sistemas de registo, depósito e guarda de valores mobiliários e Sistemas de Liquidação das transações sobre esses mesmos valores;
- contribuir para o desenvolvimento e eficiência do mercado de capitais, designadamente no que se refere às áreas de liquidação e custódia, através da disponibilização de serviços de qualidade superior e de infraestruturas que respondam com segurança e fiabilidade às necessidades dos agentes de mercado, criando, deste modo, condições competitivas, reduzindo riscos sistémicos e acautelando os direitos dos investidores.

Na realização da sua missão, e de acordo com o seu objeto social e o estipulado no Regulamento (UE) n.º 909/2014, de 23 de julho (abreviadamente *CSD Regulation*), a INTERBOLSA prossegue um conjunto alargado de atividades nas seguintes áreas de atuação:

- Registo inicial de valores mobiliários em sistema de registo centralizado;
- Estruturação e administração de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários;
- Gestão de Sistemas de Liquidação de Valores Mobiliários;
- Serviços auxiliares de tipo não bancário, dos quais se destaca: a atribuição e gestão de códigos ISIN enquanto Agência Nacional de Codificação, a organização do Sistema de Gestão de Empréstimos (SGE) e do Sistema de Fundos de Investimento (SFI).

2 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

2.1 REGISTO INICIAL E ESTRUTURAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS CENTRALIZADOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

Em termos de registo inicial de valores iniciais e de estruturação e administração de Sistemas Centralizados de valores mobiliários (abreviadamente, Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários) a INTERBOLSA desempenha as seguintes funções:

- Inscrição de emissões de valores mobiliários representados sob a forma desmaterializada e a realização dos inerentes controlos;
- Inscrição de emissões de valores mobiliários representados sob a forma titulada, a respetiva guarda e a realização dos inerentes controlos;
- Registo das posições detidas pelos Intermediários Financeiros e outros participantes nas contas abertas junto dos Sistemas Centralizados, e que se encontram refletidas na plataforma TARGET2-Securities (T2S);
- Realização de todos os procedimentos necessários ao exercício de direitos de natureza patrimonial, designadamente alterações do capital social das sociedades, pagamento de rendimentos e amortizações.

Participam nos Sistemas Centralizados as Entidades Emitentes, os Intermediários Financeiros e demais entidades que, nos termos da lei e da regulamentação em vigor, podem assumir a qualidade de filiado (entidades de custódia), o Banco de Portugal e a própria INTERBOLSA, enquanto entidade de controlo.

O Sistema Centralizado é formado por um conjunto interligado de contas através do qual se processa a constituição e a transferência dos valores mobiliários nele integrados e se assegura o controlo da quantidade dos valores mobiliários em circulação e dos direitos sobre eles constituídos.

2.2 GESTÃO DE SISTEMAS DE LIQUIDAÇÃO

Os Sistemas de Liquidação têm como funções:

- A liquidação de operações realizadas em mercado regulamentado ou em sistema de negociação multilateral;
- A liquidação de operações OTC (*Over-The-Counter*);
- A liquidação de transferências livres de Pagamento (*FOP - Free-of-Payment*);
- A liquidação relativa ao exercício de direitos inerentes a valores mobiliários registados ou depositados nos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários;

- O processamento das liquidações financeiras nas contas de dinheiro dedicadas dos participantes abertas na plataforma T2S, para pagamentos em euros e nas contas de dinheiro abertas no sistema de pagamentos em moeda estrangeira (SPME), operado pela Caixa Geral de Depósitos para pagamentos em moeda não euro.

São participantes nos Sistemas de Liquidação os Intermediários Financeiros filiados na INTERBOLSA, e demais entidades que, nos termos da lei e da regulamentação em vigor, podem assumir a qualidade de filiado, os quais asseguram a liquidação física e financeira das operações realizadas em mercado regulamentado e em sistema de negociação multilateral, bem como, as operações realizadas fora de mercado.

De salientar que a INTERBOLSA presta, desde 29 de março de 2016, o serviço de liquidação através da plataforma TARGET2-Securities (T2S), operada pelo Eurosistema, procedendo à movimentação das contas de valores mobiliários e das contas de dinheiro dedicadas dos participantes abertas nessa plataforma, para pagamentos em euros. Refira-se ainda que os pagamentos em moeda diferente do euro não aceite pela plataforma T2S continuam a ser processados através do envio de instruções de pagamento para o sistema de pagamentos em moeda estrangeira (SPME) operado pela Caixa Geral de Depósitos.

2.3 SERVIÇOS AUXILIARES DE TIPO NÃO BANCÁRIO

A INTERBOLSA presta um conjunto de serviços de tipo não bancário que não implicam riscos de crédito ou de liquidez, contribuindo para reforçar a segurança, a eficiência e a transparência dos mercados de valores mobiliários, os quais incluem serviços relacionados com o serviço de liquidação e serviços relacionados com os serviços de registo em conta e de administração de sistema de registo centralizado. De destacar:

AGÊNCIA NACIONAL DE CODIFICAÇÃO

A Agência Nacional de Codificação é a entidade responsável pela atribuição de códigos *ISIN – International Securities Identification Number*, *CFI - Classification of Financial Instruments* e *FISN - Financial Instrument Short Name*, assegurando, no contexto da INTERBOLSA, as seguintes funções:

- Atribuição de códigos de identificação ISIN a todos os valores mobiliários e outros instrumentos financeiros emitidos em Portugal;
- Atribuição de códigos CFI - que identifica o tipo e a forma do valor mobiliário e instrumentos financeiros;
- Atribuição de códigos FISN - que se baseia na utilização de uma abreviatura harmonizada da denominação da entidade emitente e das características do instrumento financeiro;

- Divulgação a nível nacional, bem como a todos os membros da ANNA - *Association of National Numbering Agencies*, dos códigos ISIN, CFI e FISN atribuídos;
- Interlocação entre as entidades nacionais e as outras Agências Nacionais de Codificação.

SISTEMA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

A INTERBOLSA gere também um Sistema de Gestão de Fundos, que permite aos Intermediários Financeiros e às Sociedades Gestoras de Fundos, as seguintes funcionalidades:

- O registo e o controlo de unidades de participação de fundos de investimento (abertos e fechados), incluindo ETFs, com quantidades inteiras ou fracionadas;
- A liquidação de operações sobre unidades de participação de fundos de investimento/ETFs;
- O processamento de eventos associados às unidades de participação de fundos de investimento/ETFs;
- O tratamento automático de subscrições e resgates de unidades de participação de fundos de investimento abertos, efetuada com recurso a um mecanismo de encaminhamento de ordens (*order routing*).

LIGAÇÕES COM OUTRAS CENTRAIS DE VALORES MOBILIÁRIOS (CSD LINKS)

O estabelecimento de CSD *links* entre a INTERBOLSA, como *Investor CSD*, e outras centrais de valores mobiliários (*Issuers CSD*), possibilita aos participantes da INTERBOLSA deterem nas suas contas instrumentos financeiros originariamente registados nessas CSDs, permitindo a transferência de valores entre os participantes da INTERBOLSA e os participantes das referidas CSDs, em tempo real, através da plataforma pan-Europeia T2S, bem como o exercício de direitos de conteúdo patrimonial inerentes a esses mesmos valores mobiliários.

Em sentido inverso, o estabelecimento de CSD *links* entre a INTERBOLSA, como *Issuer-CSD*, e outras centrais de valores mobiliários (*Investor CSD*), possibilita aos participantes dessas Centrais deterem nas suas contas instrumentos financeiros originariamente registados na INTERBOLSA, permitindo a transferência *cross-border* desses valores, bem como o processamento do exercício de direitos de conteúdo patrimonial, através da plataforma pan-Europeia T2S.

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A prestação de serviços de informação, designadamente informação às Entidades Emitentes sobre a identificação dos titulares dos valores mobiliários registados nos sistemas centralizados geridos pela INTERBOLSA e informação estatística e de natureza financeira aos Intermediários Financeiros, Entidades Emitentes, Auditores e a outros participantes no mercado.

3 A GESTÃO DE RISCO

A INTERBOLSA dedica uma atenção rigorosa e permanente, à manutenção de um perfil de risco prudente, equilibrado e adequado à experiência e à capacidade da organização, preservando os objetivos básicos de solvabilidade, rentabilidade e adequada liquidez.

A INTERBOLSA identificou os seguintes riscos:

- **Risco Estratégico:** o efeito da incerteza no cumprimento dos objetivos estratégicos e de negócio da INTERBOLSA, motivado por condições económicas e políticas adversas que provoquem um decréscimo nos níveis de confiança dos *stakeholders* do mercado financeiro;
- **Risco Financeiro:** riscos que podem afetar a forma com a INTERBOLSA gere os seus recursos financeiros, bem como os seus resultados;
- **Risco de Compliance:** risco de a INTERBOLSA não cumprir os requisitos legais ou regulamentares estabelecidos;
- **Risco operacional:** risco de perdas resultantes de deficiência ou falhas dos processos internos, recursos humanos, sistemas ou resultantes de circunstâncias externas.

A INTERBOLSA enquanto Central de Valores Mobiliários, gestora de Sistemas Centralizados e de Sistemas de Liquidação de valores mobiliários, dispõe de um sistema de controlo interno que tem por objetivo a monitorização dos riscos inerentes à sua atividade, a minimização de imprevistos, a adaptação às mudanças no ambiente económico e competitivo e às mudanças de mercado, bem como, um controlo mais eficaz dos planos de desenvolvimento e crescimento da empresa.

Para mitigar os riscos inerentes aos sistemas geridos pela INTERBOLSA e, conseqüentemente, ao negócio, a INTERBOLSA possui regras, contidas em regulamentos, circulares e avisos, os quais descrevem os procedimentos que regem os Sistemas de Liquidação e os Sistemas Centralizados de valores mobiliários.

A INTERBOLSA tem implementado um Plano de Continuidade de Negócio que visa garantir o funcionamento permanente de seus serviços e sistemas com o mais alto nível de segurança, confiança e disponibilidade. O Plano de Continuidade de Negócio é testado anualmente, tanto internamente como com os diferentes intervenientes do mercado.

4 RISCOS E INCERTEZAS

O novo quadro regulatório Europeu para o *post-trade*, nomeadamente a *CSD Regulation*, o T2S e o *Capital Markets Union* (CMU), promovem a eficiência e a concorrência entre CSDs.

Assim, o risco mais relevante para as CSDs domésticas é a possibilidade da entidade emitente poder escolher qualquer CSD autorizada na União Europeia para efetuar o registo das suas emissões, prevalecendo, em geral, nessa escolha os regimes fiscais mais competitivos.

A evolução do mercado e os requisitos regulamentares estão a criar uma forte necessidade de investimentos em tecnologia e desenvolvimentos operacionais. A inovação tecnológica é hoje mais acessível, a custo reduzido, criando assim diversas oportunidades para a entrada de novos *players* no mercado.

5 ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL, ECONÓMICO E FINANCEIRO

5.1 ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. é uma sociedade anónima, cujo capital social é inteiramente detido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. (de ora em diante, abreviadamente, Euronext Lisbon).

Enquanto sociedade totalmente detida pela Euronext Lisbon, a INTERBOLSA é, atualmente, parte integrante do Grupo Euronext, a bolsa na zona Euro líder de mercado no sector das grandes empresas, com uma sólida e diversificada base de clientes internacionais e nacionais.

A INTERBOLSA rege-se pelo disposto nos respetivos Estatutos, no Regulamento (UE) n.º 909/2014, de 23 de julho e informação complementar (*CSD Regulation*), no Regime Jurídico das Centrais de Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 35/2018, de 20 de julho, no Código dos Valores Mobiliários (CVM) e no Código das Sociedades Comerciais (CSC), bem como na demais legislação e regulamentação aplicável.

A INTERBOLSA apresentou à entidade competente o seu processo de autorização para ser reconhecida como CSD ao abrigo da *CSD Regulation* em 29 de setembro de 2017, tendo a CMVM, em janeiro de 2018, notificado a INTERBOLSA relativamente à completude do referido processo.

A 12 de julho de 2018, a CMVM concedeu à INTERBOLSA autorização para atuar como CSD, ao abrigo da *CSD Regulation*.

5.2 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

De acordo com o *World Economic Outlook* do FMI, divulgado em julho, a expansão económica global desacelerou, após ter registado quase 4% em 2017, abrandado para 3,6% em 2018, e estando projetada para diminuir para 3,3% em 2019. Portugal seguiu semelhante trajetória.

O Banco de Portugal refere, no seu Boletim Económico, que as projeções para a economia portuguesa apontam para a manutenção de uma trajetória de expansão ao longo de 2019, embora a um ritmo de crescimento inferior ao observado nos últimos anos. Após um crescimento de 2,1% em 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais deverá crescer 1,7% em 2019.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) português registou, no 1º trimestre de 2019, uma taxa de variação homóloga de 1,8%, quando se havia situado em 1,7% no 4º trimestre de 2018. A procura externa líquida apresentou, no 1º trimestre de 2019, um contributo mais negativo para a variação homóloga do PIB, passando de -1,6 p.p., no 4º trimestre de 2018, para -3,1 p.p., em resultado da significativa aceleração das Importações de Bens e Serviços. O contributo da procura interna aumentou para 4,8 p.p. (3,3 p.p. no trimestre anterior), refletindo a forte aceleração do Investimento que registou uma taxa de variação homóloga de 17,8% que compara com a taxa de 7,4% registada no 4º trimestre de 2018.

As necessidades de financiamento face ao exterior contraíram 1,3 p.p. quando comparadas com a capacidade de financiamento do 1º trimestre de 2018 (+1,1% do PIB), demonstrando por um lado, um destaque positivo do setor público, com necessidades de financiamento que caíram para 0,1% do PIB (-0,6 p.p. em relação ao 1º trimestre de 2018), em boa parte devido à diminuição dos custos de financiamento e ao aumento da receita fiscal e contributiva fruto da tendência positiva do mercado de trabalho. Em sentido contrário, registou-se uma deterioração substancial das necessidades de financiamento das empresas não financeiras e da capacidade de financiamento das famílias. Especificamente, as necessidades das empresas não financeiras estão a ser negativamente afetadas pela forte recuperação do Investimento, tendo-se situado em 2,4% do PIB (+1,6 p.p.). Por outro lado, a capacidade de financiamento das famílias caiu para 0,4% (-0,4 p.p.), num contexto em que a taxa de poupança das famílias se mantém perto de valores mínimos em termos históricos (4,5% em março de 2019).

A taxa de desemprego em Portugal tem vindo a decrescer acentuadamente desde o 2º trimestre de 2016. De acordo com os dados das estimativas de emprego e desemprego do INE, o emprego aumentou 1,4% em termos homólogos no 1º trimestre de 2019, o que representa uma taxa mais moderada do que as taxas registadas no passado recente, tendo a taxa de desemprego atingido um novo mínimo, desde o início de 2003, de 6,5%.

Nos mercados financeiros, o bom desempenho macroeconómico em Portugal e uma política monetária que continua acomodática, incluindo medidas não convencionais como as decorrentes do programa do BCE de compra de obrigações de dívida soberana, continuam a proporcionar taxas de juro de curto e de longo prazo historicamente muito baixas.

Os principais índices bolsistas registaram alguma volatilidade ao longo do primeiro semestre, designadamente com fortes perdas em maio que seriam recuperadas em junho, acabando por registar ganhos no final do semestre, face ao fecho de 2018.

6 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE NO PERÍODO

6.1 FILIADOS

Em 30 de junho de 2019, a INTERBOLSA contava com 31 filiados nos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários e nos Sistemas de Liquidação por si geridos, todos representados por instituições de crédito.

No 1º semestre de 2019, a INTERBOLSA registou a entrada, do Barclays Bank Ireland PLC e da Iberclear, como participante nos seus sistemas.

Além dos filiados acima referidos, são igualmente participantes nos Sistemas geridos pela INTERBOLSA, o Banco de Portugal, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E, a LCH, S.A., a OMIClear - CC, S.A., a European Central Counterparty, N.V. (EuroCCP), a Euronext Paris, a Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários enquanto entidade gestora do Sistema de Indemnização aos Investidores.

De salientar que, no contexto da gestão pela INTERBOLSA de Sistemas de Liquidação de valores mobiliários e da participação desta entidade gestora na plataforma T2S, os participantes nos Sistemas de Liquidação por si geridos podem assumir a qualidade de participante com ligação direta (DCP – *Directly Connected Party*) ou indireta (ICP - *Indirectly Connected Party*) à referida plataforma T2S, estando ambas as qualidades sujeitas aos poderes de supervisão e fiscalização previstos na regulamentação da INTERBOLSA.

Os participantes com ligação indireta à plataforma T2S (ICPs) mantêm a sua ligação aos sistemas locais da INTERBOLSA, através dos canais de comunicação disponibilizados por esta entidade gestora, acedendo à plataforma T2S através desses mesmos sistemas.

Os participantes com ligação direta à plataforma T2S (DCPs) mantêm apenas um acesso técnico à referida plataforma, para os serviços de liquidação e serviços relacionados. O vínculo contratual para efeitos de participação nos sistemas da INTERBOLSA, incluindo a participação na plataforma T2S, continua a ser única e exclusivamente com a INTERBOLSA.

6.2 SISTEMAS CENTRALIZADOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

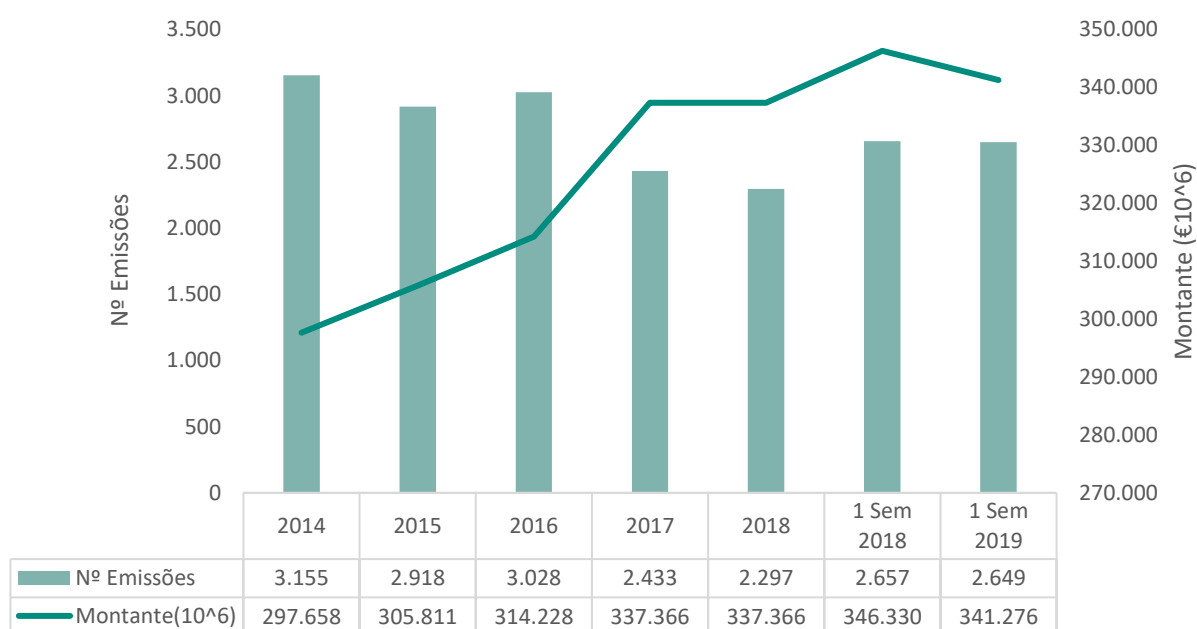
O Sistema Centralizado de Valores Mobiliários é formado por um conjunto interligado de contas através do qual se processa a constituição e a transferência dos valores mobiliários nele integrados e se assegura o controlo da quantidade dos valores mobiliários em circulação e dos direitos sobre eles constituídos.

6.2.1 INSCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

No final do 1º semestre de 2019, encontravam-se sob gestão da INTERBOLSA 2.649 emissões de valores mobiliários. Em termos absolutos, o número de emissões de valores mobiliários reduziu, face às 2.657 emissões inscritas em 30 de junho de 2018.

O total das emissões registadas foi avaliado em 341.276 milhões de euros, que compara com 346.330 milhões de euros verificados no final do 1º semestre de 2018 (-1,5%).

Refira-se que no período em análise encontram-se registadas 1.454 emissões para as quais não é considerado o montante nominal, como sejam *warrants* e certificados.



No quadro abaixo apresenta-se a repartição das emissões registadas na INTERBOLSA, por tipo de valor mobiliário, em 30 de junho de 2019 e de 2018.

Valores Mobiliários sob gestão da Interbolsa	30/06/2019		30/06/2018	
	Nº Emissões	Valorização (10 ^{^3} €)	Nº Emissões	Valorização (10 ^{^3} €)
Ações	445	104.072.235	467	108.521.352
Direitos	11	347.628	4	170.729
Dívida	651	235.108.747	685	236.436.054
Dívida Pública	33	151.183.872	32	145.706.538
Obrigações do Tesouro e Outras	27	137.013.589	26	130.851.855
Bilhetes do Tesouro	6	14.170.283	6	14.854.683
Dívida Privada	618	83.924.875	653	90.729.516
Obrigações (1)	561	82.092.360	601	88.077.463
VMOC's (3)	3	139.062	2	135.000
Papel Comercial	52	1.614.350	48	2.437.950
Títulos de Participação	2	79.103	2	79.103
Outros	1.542	1.747.046	1.501	1.201.596
Unidades de Participação	49	1.081.606	42	1.017.670
Warrants	1.322		1.190	0
Certificados	132		253	0
Valores Estruturados	39	665.440	16	183.926
Outros Valores Destacados	0		0	0
Total valores sob gestão da Interbolsa	2.649	341.275.656	2.657	346.329.731

(1) Inclui Obrigações Clássicas, Obrigações de Caixa, Obrigações Convertíveis, Obrigações c/ Direito de Subscrição, Obrigações Participantes, Obrigações Hipotecárias e Obrigações Titularizadas.

(2) Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis

A valorização dos valores mobiliários referidos no quadro anterior é efetuada tendo por base:

- o valor nominal no caso dos valores mobiliários representativos de dívida e outros valores mobiliários não admitidos à negociação em mercado;
- os preços de mercado para os valores mobiliários admitidos à negociação em mercado, que não sejam valores mobiliários representativos de dívida, divulgados pela respetiva entidade gestora;
- o valor da unidade de participação informado pela entidade gestora, para as unidades de participação não admitidas à negociação em mercado;
- o valor de emissão das ações sem valor nominal, não admitidas à negociação em mercado, correspondente à fração do capital social em causa;
- não é apresentada a valorização das emissões de *warrants*, certificados, direitos e outros valores similares.

No final dos primeiros 6 meses de 2019, o segmento de ações contava com 445 emissões, valorizadas em 104.072 milhões de euros. O número de emissões deste segmento decresceu 22 unidades, tendo o valor das ações apresentado um decréscimo homólogo de 4,1%, menos 4.449 milhões de euros.

O número de emissões de dívida pública de longo prazo cresceu de 32 para 33 emissões. O montante inscrito ascendeu a 151.184 milhões de euros, representando um crescimento homólogo e percentual de 3,8%.

O número de emissões de Bilhetes do Tesouro manteve-se constante face ao semestre homólogo de 2018, tendo a valorização destes instrumentos financeiros decrescido de 14.855 milhões de euros para 14.170 milhões de euros.

Os valores mobiliários representativos de dívida privada, com um total de 618 emissões (menos 35 do que no semestre homólogo), totalizavam 83.925 milhões de euros, em 30 de junho de 2019, valor que compara com 90.730 milhões de euros registados no final do 1º semestre do ano anterior (-7,5%). Cumpre referir o acréscimo das emissões de papel comercial - de 48 para 52 - tendo, no entanto, o montante decrescido 33,8%.

As unidades de participação cresceram tanto em número de emissões (+16,7%) como em valor (+6,3%).

O número de emissões de *warrants* registados nos Sistemas Centralizados cresceu de 1.190, em 30 de junho de 2018, para 1.322 emissões no final do semestre em análise.

O número de emissões de certificados reduziu de 253 para 132 no final de junho de 2019, menos 47,8%.

Os valores estruturados mais do que duplicaram em número de emissões sob gestão da INTERBOLSA, passando de 16 para 39 emissões no final do 1º semestre de 2019, tendo o valor destes instrumentos crescido de 183 milhões de euros para 665 milhões de euros.

6.2.2 FORMA DE REPRESENTAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Do total das emissões sob gestão da INTERBOLSA, 1.192 encontram-se representadas sob a forma desmaterializada estando 1.457 representadas por títulos físicos, que se encontram imobilizados no Cofre da INTERBOLSA.

Em termos percentuais e homólogos o número de emissões desmaterializadas e o seu valor decresceram em 1,7% e 1,5% respetivamente. Em sentido contrário variou o número de emissões representadas por títulos, que cresceu 0,8% tendo o seu valor aumentado 25,7%, face aos primeiros 6 meses de 2018.

Forma de representação	30/06/2019		30/06/2018	
	Nº Emissões	Valorização (€)	Nº Emissões	Valorização (€)
Desmaterializada	1.192	340.564.480	1.212	345.764.107
Materializada	1.457	711.175	1.445	565.624
	2.649	341.275.656	2.657	346.329.731

Em termos percentuais, 45% das emissões registadas são desmaterializadas, sendo 55% representadas por títulos físicos (ações, warrants e certificados). Em termos de valor, 99,8% da valorização das emissões sob gestão da INTERBOLSA correspondem a valores desmaterializados, representando os títulos físicos 0,2% do valor total das emissões integradas em 30 de junho de 2019.

6.2.3 CONTROLO DAS EMISSÕES

No âmbito da sua atividade de registo e controlo das emissões a INTERBOLSA tem implementados mecanismos de reconciliação que acautelam e asseguram a integridade das emissões de valores mobiliários que se encontram registados os Sistemas Centralizados por si geridos.

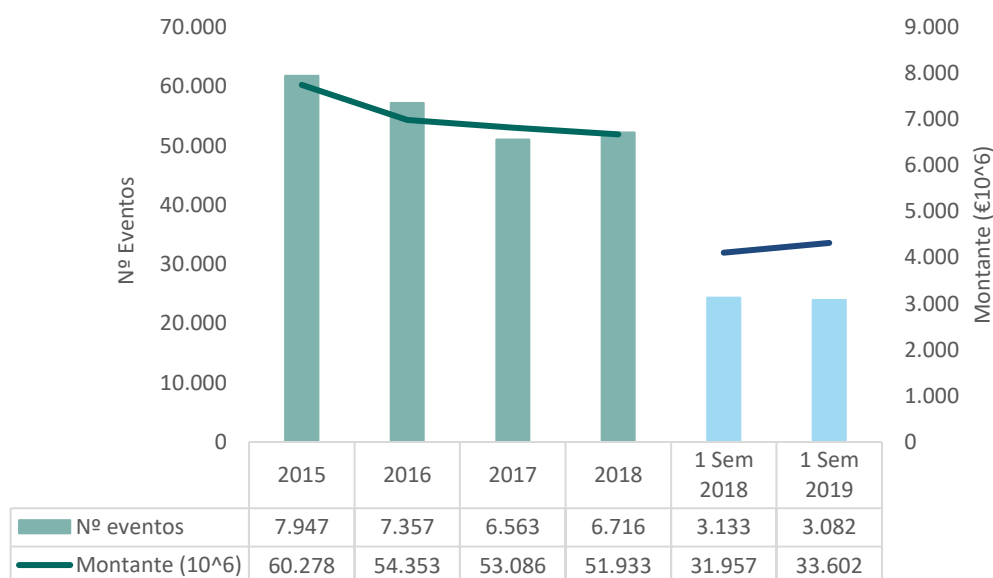
6.2.4 EXERCÍCIO DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL E OUTROS EVENTOS

O exercício de direitos de conteúdo patrimonial e outros eventos constitui uma das principais atividades dos Sistemas Centralizados.

O número global de exercício de direitos e o respetivo valor processado tem vindo a diminuir nos últimos anos, tendo a variação homóloga entre o 1º semestre de 2018 e de 2019 contrariado esta tendência, no que respeita a valor dos eventos processados.

Assim, no 1º semestre de 2019, foram processados 3.082 eventos no valor de 33.602 milhões de euros.

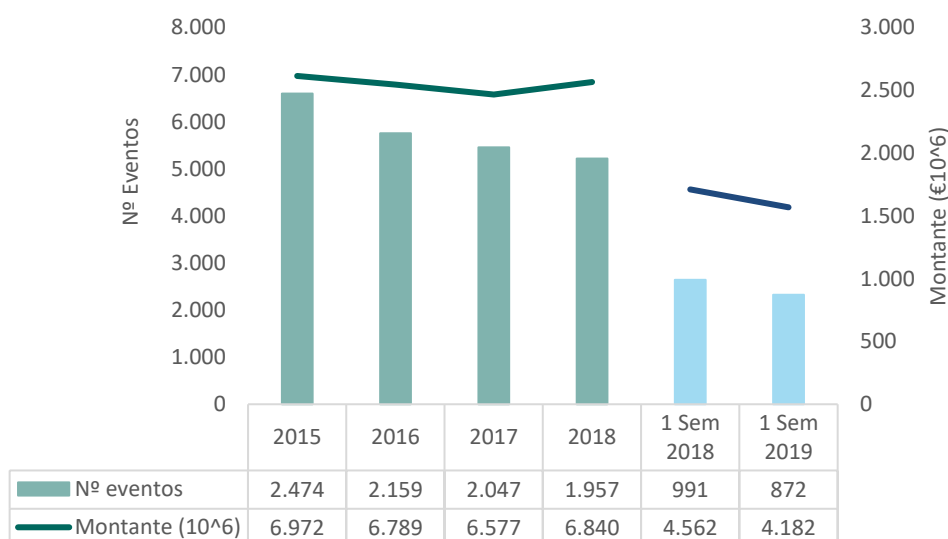
Em termos percentuais e homólogos o número de eventos decresceu 1,6% tendo, no entanto, o valor processado crescido 5,1%.



Nos pontos seguintes é efetuada uma análise individualizada dos diferentes tipos de exercício de direitos de conteúdo patrimonial e outros eventos processados durante o 1º semestre de 2019.

PAGAMENTO DE JUROS E RENDIMENTOS EQUIPARADOS

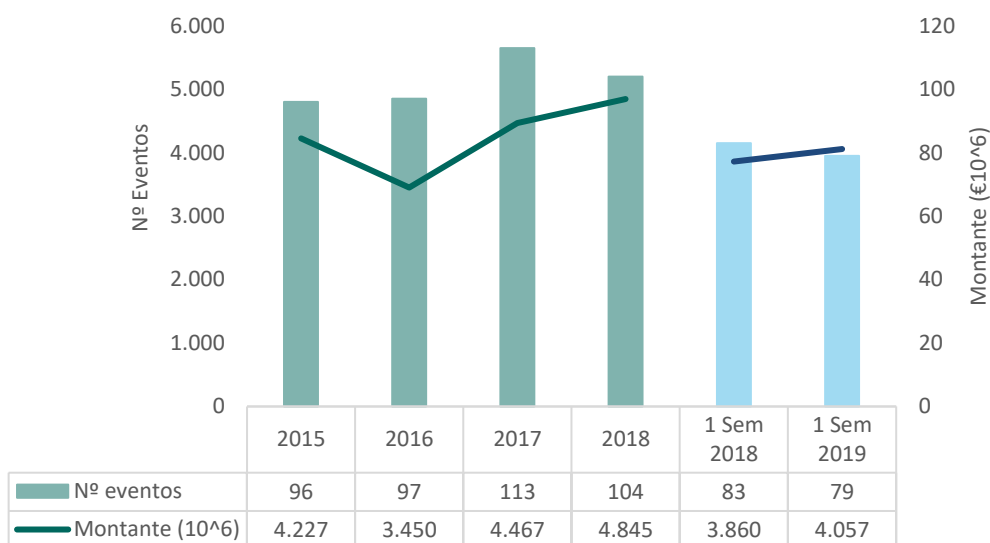
Nos primeiros 6 meses de 2019, foram processadas 872 operações de pagamento de juros e rendimentos equiparados, contra as 991 operações realizadas no período homólogo (-12,0%). O montante de juros pago ascendeu a 4.182 milhões de euros, representando um decréscimo de 8,3% face ao valor pago em 2018.



PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E RENDIMENTOS EQUIPARADOS

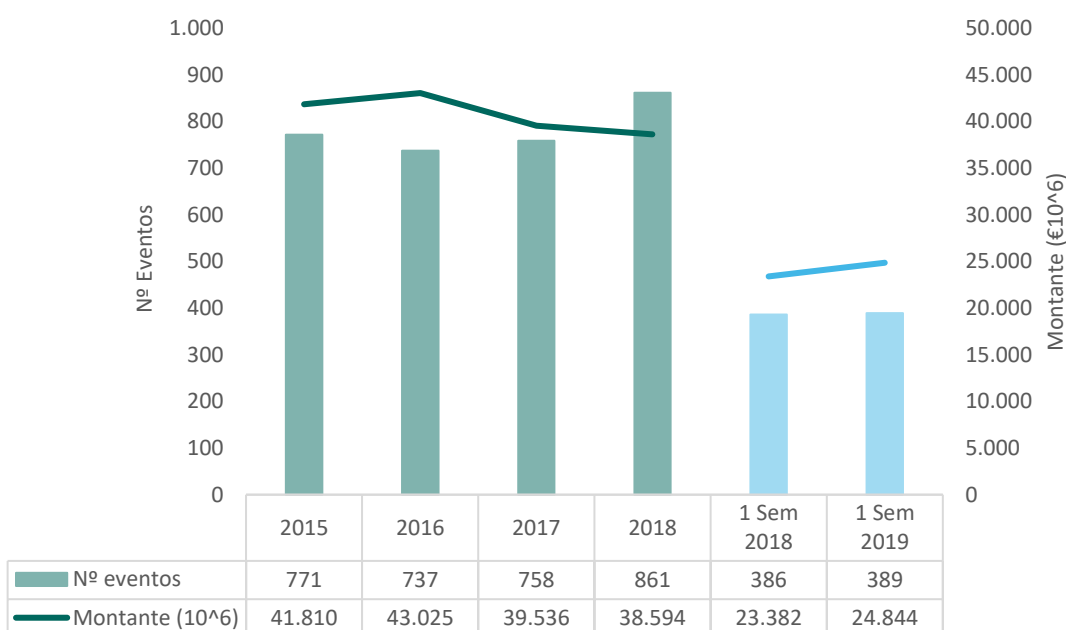
O sistema centralizado processou 79 operações de pagamento de dividendos e outros rendimentos equiparados, movimentando 4.057 milhões de euros.

Em termos percentuais e homólogos, o número de operações decresceu 4,8%, tendo o montante de dividendos e rendimentos pago crescido 5,1%.



AMORTIZAÇÕES

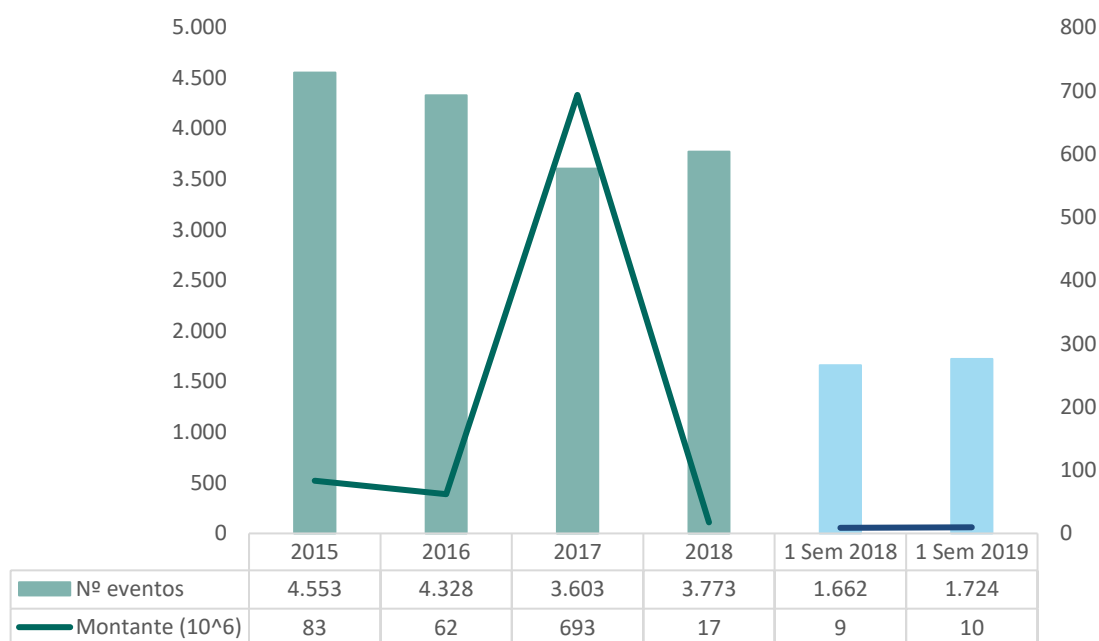
Durante o 1º semestre de 2019 foram processadas 389 operações de amortização, cujo valor atingiu 24.844 milhões de euros. O número deste tipo de eventos, em termos percentuais e homólogos, cresceu 0,8%, tendo o valor amortizado aumentado 6,3%.



EXERCÍCIO DE WARRANTS E CERTIFICADOS

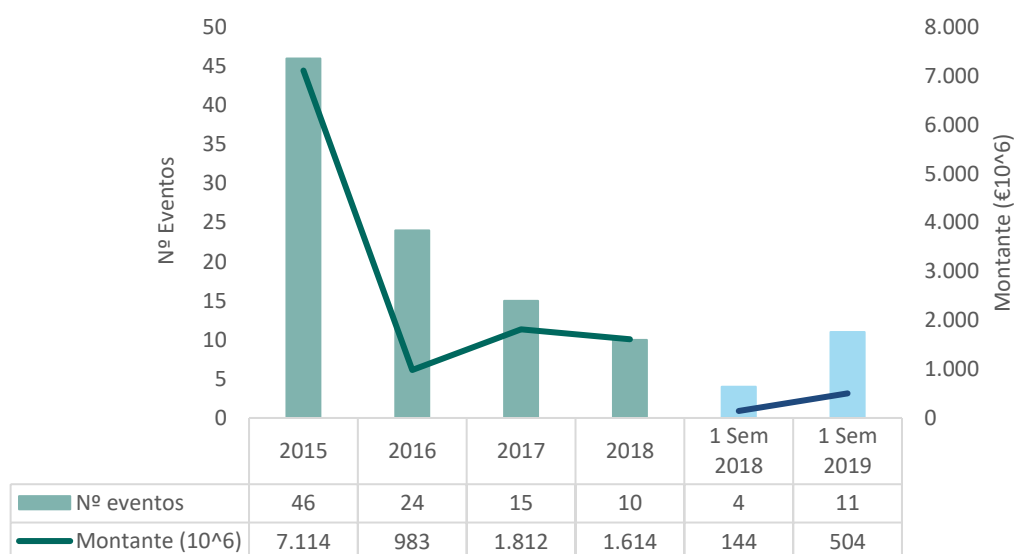
A INTERBOLSA processou 1.724 operações de exercício de *warrants*, mais 62 do que em igual período do ano anterior. O montante envolvido ascendeu a 10 milhões de euros, que compara com 9 milhões de euros, movimentados no 1º semestre de 2018, representando em termos homólogos um acréscimo de 9,5%.

No período em análise foi processada 1 operação relativa a exercício de certificados no valor de 300 euros, não tendo sido registada qualquer operação deste tipo no período homólogo do ano anterior.



ALTERAÇÕES DE CAPITAL

No 1º semestre de 2019 foram processadas 11 operações conducentes à alteração de capital social, contra as 4 operações realizadas no 1º semestre de 2018. Em termos de valor, no 1º semestre do ano foram movimentados 504 milhões de euros que compara com os 144 milhões euros pagos em igual período de 2018.



- No período em análise não foi realizada qualquer operação de aumento de capital por incorporação de reservas, que compara com 1 operação deste tipo realizada no 1º semestre de 2018;
- Não foi processada qualquer operação de subscrição de capital nos períodos em análise;
- Foram realizadas, através dos sistemas da INTERBOLSA, 3 operações de redução de capital social, menos 2 do que no semestre homólogo anterior, tendo o valor envolvido nestas operações ascendido a 20 milhões de euros, valor que compara com os 198 mil euros registados no período homólogo em 1 operação;
- Foram processadas 7 operações de fusão de empresas, nomeadamente do Grupo Portucel e do Grupo BCP, no montante de 484 milhões de euros;
- Foi ainda processada 1 operação de cisão-fusão, realizada pelo aumento de capital social da empresa incorporante e de redução de capital social da sociedade cindida. No período homólogo do ano anterior, não foi realizada qualquer operação deste tipo.

OUTROS EVENTOS

No decurso do 1º semestre foi ainda processada a liquidação de uma emissão no montante 3.686 mil euros, bem como 2 operações de conversão da forma de representação e, 3 operações de alteração do valor nominal.

6.3 SISTEMAS DE LIQUIDAÇÃO

A INTERBOLSA está incumbida da organização e gestão de Sistemas de Liquidação, tendo em vista assegurar a realização de transferências de dinheiro associadas a transferências de valores mobiliários ou a direitos inerentes e a garantias relativas a operações sobre valores mobiliários.

A INTERBOLSA presta, desde 29 de março de 2016, o serviço de liquidação através da plataforma T2S, procedendo à movimentação das contas de valores mobiliários e das contas de dinheiro dedicadas, dos participantes, abertas nessa plataforma, para pagamentos em euros.

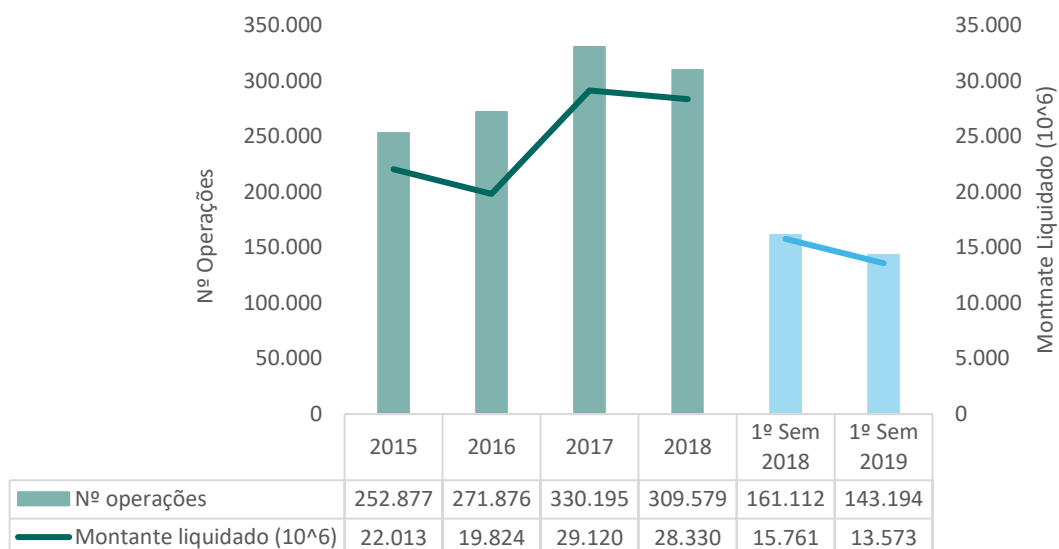
As entidades filiadas na INTERBOLSA são participantes nos Sistemas de Liquidação, geridos por esta entidade gestora, os quais asseguram a liquidação física e financeira das operações realizadas em mercado regulamentado e em sistemas de negociação multilateral (MTFs), bem como de operações realizadas fora de mercado e das demais movimentações de valores mobiliários presentes a estes Sistemas.

O registo de instruções nos Sistemas de Liquidação é realizado diretamente na plataforma T2S, pelos *Directly Connected Parties* (DCPs) ou através dos sistemas internos da INTERBOLSA, pelos *Indirectly Connected Parties* (ICPs).

6.3.1 OPERAÇÕES GARANTIDAS E NÃO GARANTIDAS, REALIZADAS EM MERCADOS GERIDOS PELA EURONEXT LISBON

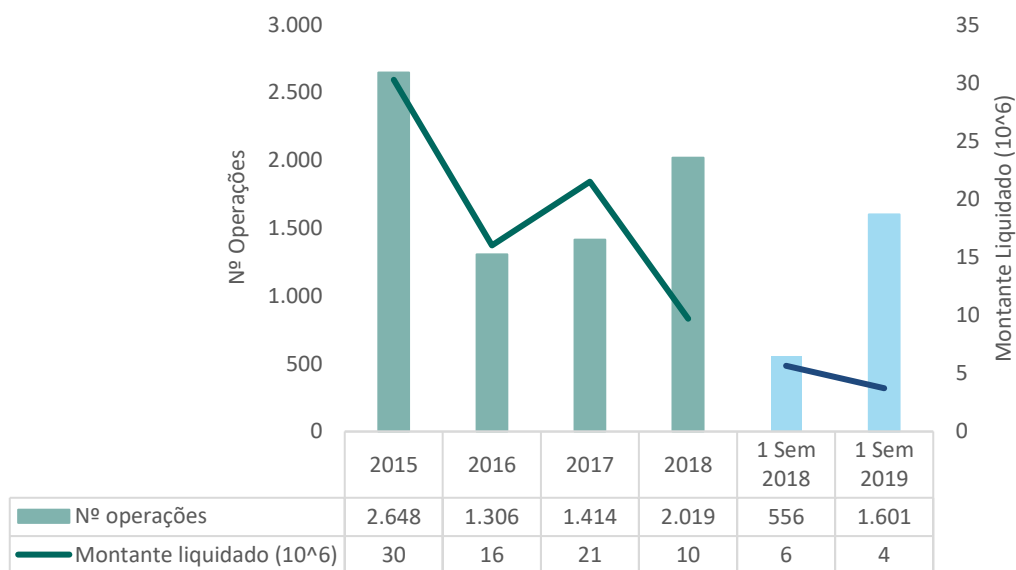
Durante o 1º semestre de 2019 foram liquidadas 143.194 operações relativas a operações realizadas nos mercados geridos pela Euronext Lisbon e garantidas pela contraparte central, tendo o montante envolvido nestas operações ascendido a 13.573 milhões de euros.

Em termos comparativos e homólogos o número de operações decresceu 11,1%, tendo o montante liquidado contraído 13,9%.



As operações relativas a operações realizadas nos mercados geridos pela Euronext Lisbon e não garantidas pela contraparte central, ascenderam a 1.601, mais 1.045 instruções do que as liquidadas em igual período do ano anterior.

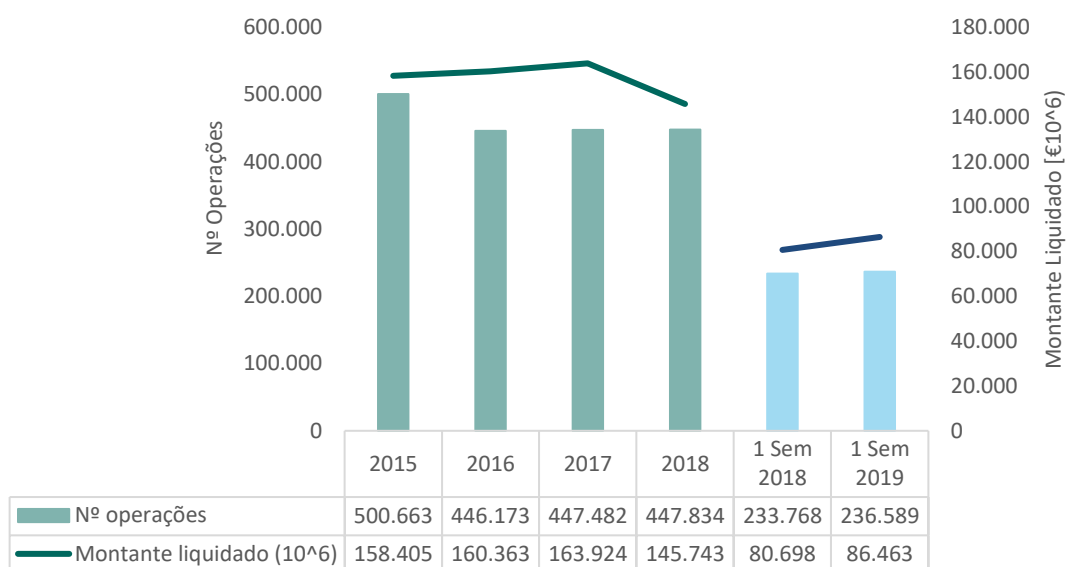
O montante liquidado ascendeu a 4 milhões de euros, não acompanhou a tendência positiva do número de instruções, apresentando um decréscimo homólogo percentual de 34,1%, que ascendeu a 6 milhões de euros.



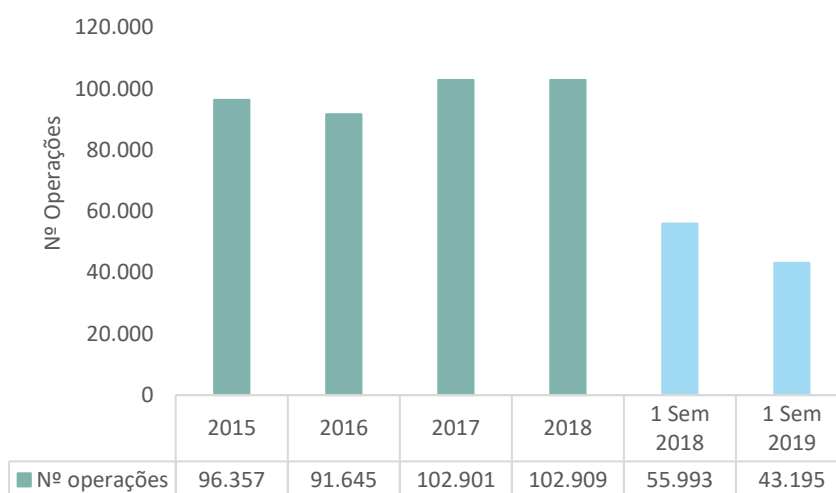
6.3.2 OUTRAS OPERAÇÕES DVP E FOP

Nos primeiros 6 meses de 2019, foram liquidadas 236.589 operações DVP, relativas, designadamente, a operações realizadas fora de mercado, contra as 233.768 operações deste tipo liquidadas no mesmo período do ano anterior (+1,2%).

O montante das operações liquidadas ascendeu a 86.463 milhões de euros, representando um acréscimo homólogo de 7,1%.



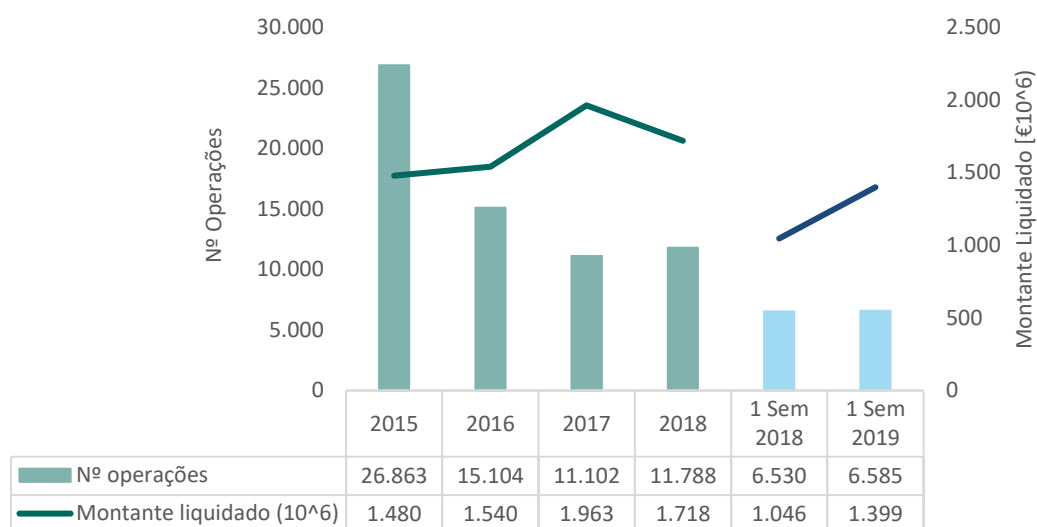
As operações FOP, relativas a operações OTC (*Over-the-counter*), ascenderam a 43.195, representando em termos comparativos e homólogos um decréscimo absoluto de 12.798 operações (-22,9%).



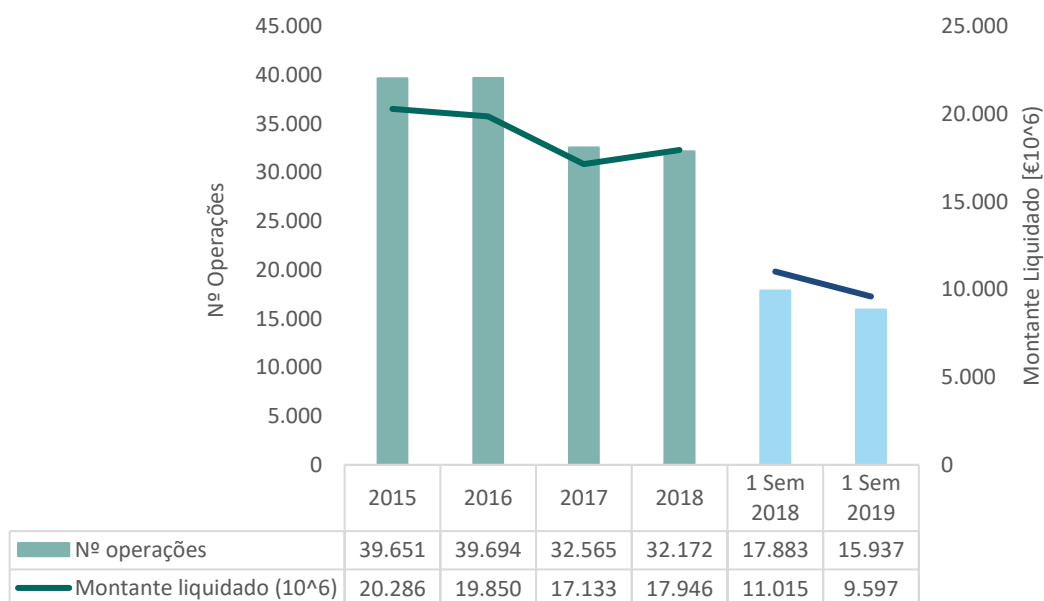
6.3.3 OPERAÇÕES NÃO LIQUIDADAS EM ISD

As operações não liquidadas resultantes de operações garantidas e não garantidas realizadas em mercados geridos pela Euronext Lisbon ascenderam a 6.585 representado um acréscimo homólogo de 0,8%.

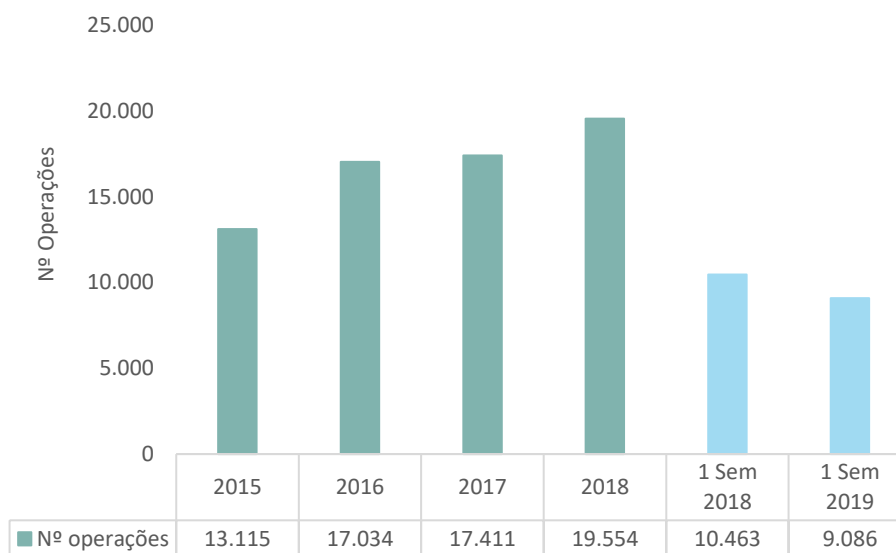
O montante envolvido nas operações não liquidadas, na data de liquidação contratada (ISD), ascendeu a 1.399 milhões de euros, que compara com 1.046 milhões de euros relativos a operações não liquidadas nos primeiros 6 meses de 2018.



As operações não liquidadas na data de liquidação contratada, resultantes de operações DVP, apresentam um decréscimo no número de operações de 17.883 para 15.937 (-10,9%). O montante envolvido nestas operações ascendeu a 9.597 milhões de euros, representando um decréscimo homólogo de 12,9%.



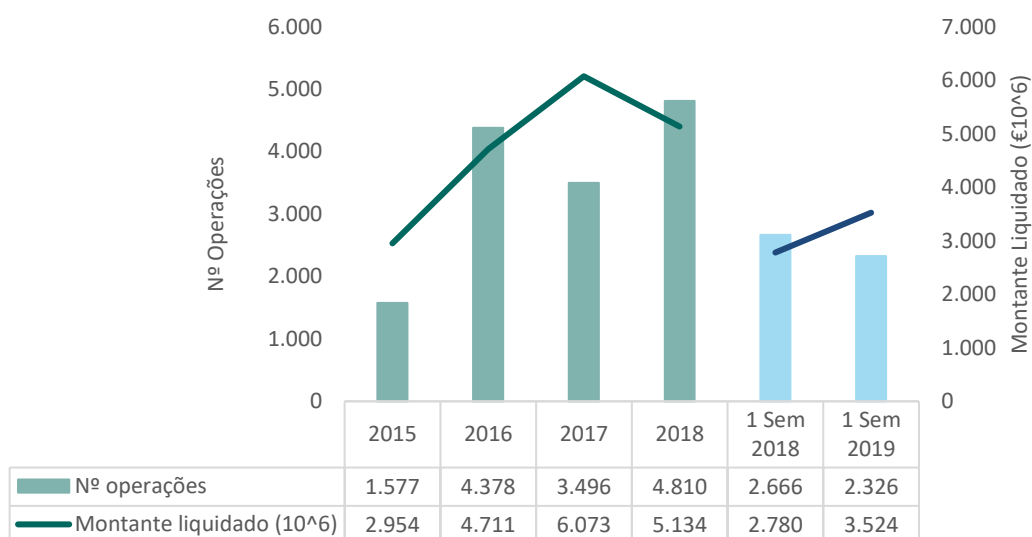
As operações não liquidadas na data de liquidação contratada (ISD), resultantes de operações FOP ascenderam a 9.086 que compara com as 10 463 operações FOP não liquidadas no 1º semestre de 2018.



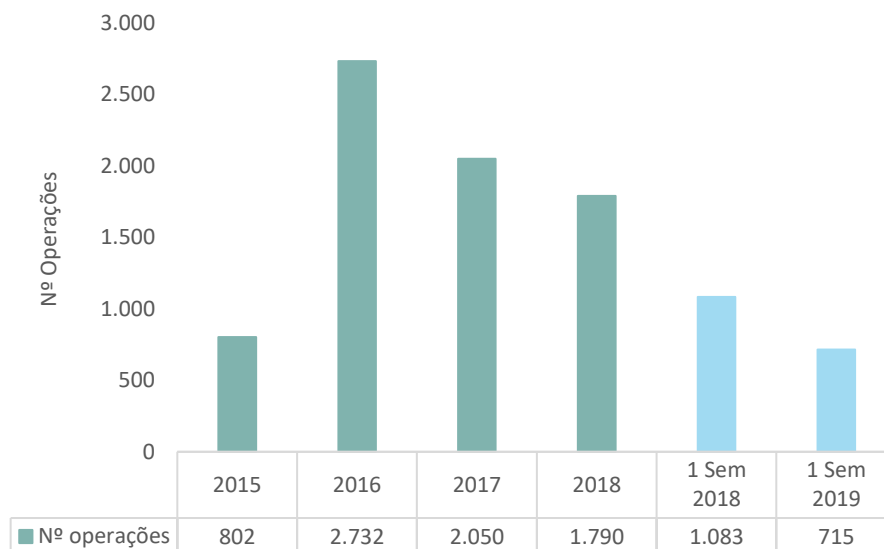
6.3.4 OPERAÇÕES CANCELADAS

No final do 1º semestre de 2019 foram contabilizados 2.326 cancelamentos de operações DVP, menos 12,8% do que as instruções canceladas até junho de 2018.

O montante envolvido nas operações DVP canceladas ascendeu a 3.524 milhões de euros, representando um acréscimo homólogo de 26,8%.



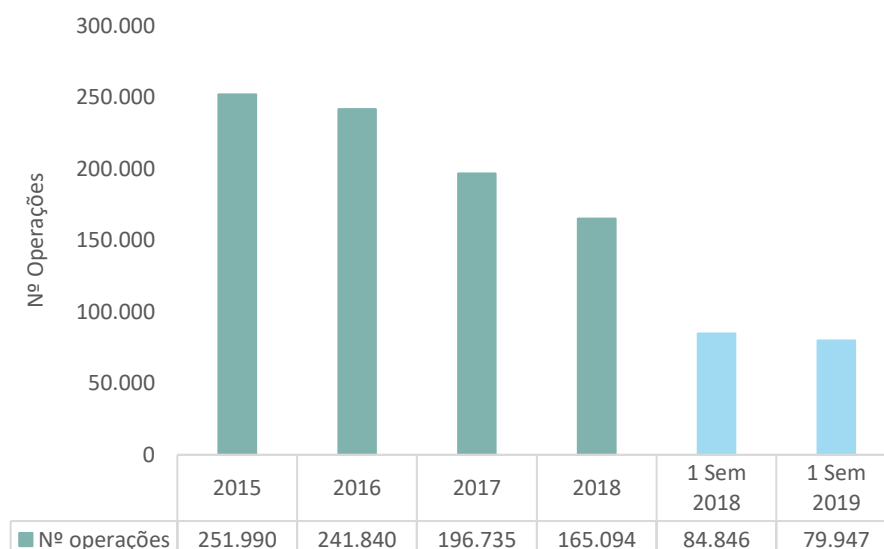
No mesmo período foram canceladas 715 operação FOP, que compara com os 1.083 cancelamentos realizados no 1º semestre de 2018.



6.3.5 OUTRAS MOVIMENTAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS

Os Sistemas geridos pela INTERBOLSA processam ainda outras movimentações de valores mobiliários, nomeadamente transferências de valores entre contas do mesmo participante, e entre contas de diferentes participantes, tanto para efeito de liquidação física de operações como para a mera transferência de valores entre contas.

No decurso do 1º semestre, foram realizadas 79.947 transferências internas de valores mobiliários, representando um decréscimo de 5,8 %, face ao número de movimentos em conta efetuados durante o mesmo semestre de 2018.



Foram consideradas, após a data de migração para o T2S, transferências com efeitos imediatos os movimentos de valores em contas do mesmo participante efetuados via sistemas internos da INTERBOLSA.

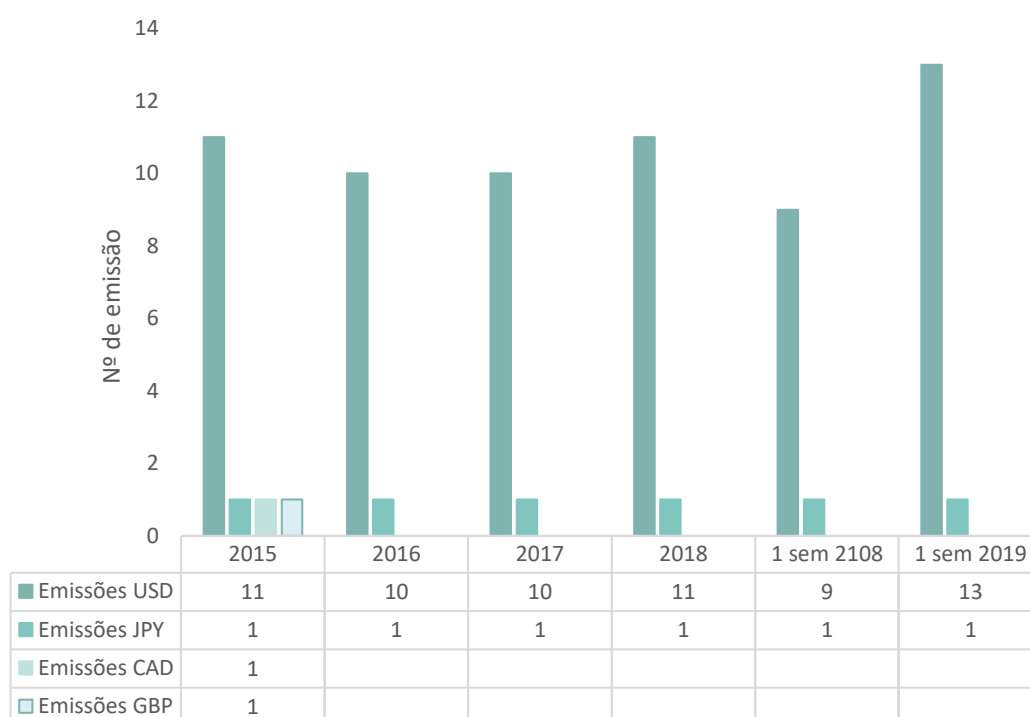
6.3.6 SISTEMA DE LIQUIDAÇÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA (SLME)

A INTERBOLSA gere igualmente um sistema de liquidação em moeda diferente de Euro, recorrendo a um sistema de pagamentos do tipo *commercial bank money* operado pela CGD – Caixa Geral de Depósitos, S.A., que permite os pagamentos de rendimentos e a liquidação financeira de operações realizadas nos mercados geridos pela Euronext Lisbon e não garantidas pela LCH, S.A. e de operações OTC (*over-the-counter*).

O Sistema de Liquidação em Moeda Estrangeira (SLME) encontra-se preparado para processar operações em USD, GBP, JPY, CHF, CAD e AUD podendo ser alargado a outras moedas convertíveis, após a necessária análise, sempre que tal se mostrar necessário para suprir necessidades evidenciadas pelo mercado.

Em 30 junho de 2019, encontravam-se inscritas no Sistema Centralizado 14 emissões em moeda estrangeira (mais 4 emissões que em junho de 2018), sendo 13 emitidas em dólares americanos e 1 em ienes. O montante global destas emissões, convertido em euros, ascendeu a 1.052 milhões de euros, crescendo 78,8% face ao montante sob gestão da INTERBOLSA no final de junho de 2018 (588 milhões de euros).

Nº DE EMISSÕES EM MOEDA DIFERENTE EURO



6.4 SERVIÇOS AUXILIARES

6.4.1 AGÊNCIA NACIONAL DE CODIFICAÇÃO

No final do 1º semestre de 2019, encontravam-se ativos 8.145 códigos ISIN, contra os 7.795 códigos ativos em 30 de junho de 2018. Durante os primeiros 6 meses de 2019 foram atribuídos 5.552 novos códigos. Por cada código ISIN é atribuído um código CFI e um código FISN, sendo que, desta forma, o número de códigos CFI e FISN, igualam o número de códigos ISIN ativos.

Cumprindo o objetivo de divulgar, a nível internacional, os códigos atribuídos pela Agência Nacional de Codificação, a INTERBOLSA fornece diariamente informação para a base de dados central, operada pela ASB – ANNA *Service Bureau*. Desta forma, toda a informação ISIN pode ser acedida por todas as entidades que dela necessitem bem como pelas agências de codificação membros da ANNA – *Association of National Numbering Agencies*.

A INTERBOLSA fomenta, ainda, a divulgação dos códigos atribuídos por esta Agência, mantendo para o efeito a possibilidade de os interessados subscreverem uma base de dados contendo informação ISIN, CFI e FISN, com atualizações diárias ou semanais.

O Portal da INTERBOLSA, numa área reservada a Clientes, possui um módulo com informação sobre os códigos atribuídos.

6.4.2 SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

A INTERBOLSA prosseguiu a sua atividade de prestação regular de informação estatística, histórica e de natureza financeira aos Intermediários Financeiros, às Entidades Emitentes, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao Banco de Portugal, ao Banco Central Europeu, a auditores e a todas as demais entidades que a requereram.

Uma das mais relevantes atividades da área de gestão de informação da INTERBOLSA é a disponibilização de um serviço que permite às Entidades Emitentes de valores mobiliários nominativos, emitidos sob a forma desmaterializada ou titulada e inscritos nos Sistemas Centralizados, terem acesso à informação relativa à identificação dos titulares dos valores mobiliários por si emitidos, bem como à quantidade por cada um detida.

6.4.3 CSD LINKS

Em 19 de fevereiro de 2018, a INTERBOLSA tornou-se participante das Centrais de Valores Mobiliários Euroclear France e Euroclear Nederland, enquanto Investor-CSD.

Em agosto de 2018 foi estabelecido o primeiro *relayed link* no T2S entre a INTERBOLSA, como Investor CSD, e a NBB-SSS (Issuer CSD), através da Euronext France, para os valores mobiliários representativos de dívida registados junto dessa CSD Belga.

A INTERBOLSA efetuou ainda os trabalhos necessários ao estabelecimento de um Investor CSD *link*, com a Clearstream (Issuer CSD), para os valores mobiliários alemães representativos de dívida registada junto da Clearstream. A implementação deste *link* está prevista para o 4º trimestre de 2019.

Estas ligações possibilitam a transferência *cross-border* de valores mobiliários representativos de dívida dos participantes das Issuer CSDs, onde os valores se encontram registados, para os participantes da CSD investidora (INTERBOLSA), em tempo real, através da plataforma pan-Europeia T2S.

A INTERBOLSA processa, igualmente, o exercício de direitos de conteúdo patrimonial inerentes aos valores mobiliários de dívida registados nas contas dos seus participantes, de acordo com as regras da CSD emitente.

Em março de 2019 a Iberclear tornou-se participante da INTERBOLSA, enquanto Investor CSD, permitindo a transferência *cross border* de valores mobiliários dos participantes da Iberclear para as contas dos participantes da INTERBOLSA, enquanto Issuer CSD.

7 SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL SOBRE PRÁTICAS DE GOVERNO DA SOCIEDADE

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. rege-se pelo disposto nos respetivos Estatutos, no Regulamento (UE) n.º 909/2014, de 23 de julho e informação complementar (CSD *Regulation*), no Regime Jurídico das Centrais de Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 35/2018, de 20 de julho, no Código dos Valores Mobiliários (CVM) e no Código das Sociedades Comerciais (CSC), bem como na demais legislação e regulamentação aplicável.

A INTERBOLSA é uma sociedade anónima, com um capital social de cinco milhões e quinhentos mil euros, integralmente realizado em dinheiro e representado por cinco milhões e quinhentas mil ações, desmaterializadas, nominativas, com o valor nominal de um euro, cada uma. Todas as ações emitidas pela INTERBOLSA são ordinárias, conferindo os mesmos direitos políticos e económicos. A INTERBOLSA pode emitir ações preferenciais com ou sem voto, remíveis ou não, até ao montante máximo de cinquenta por cento do seu capital social, bem como, emitir obrigações, convertíveis ou não em ações, bem como, outros títulos de dívida que a lei permita, nos termos e condições que forem definidos pela Assembleia Geral.

O capital social da INTERBOLSA é inteiramente detido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

A INTERBOLSA, enquanto entidade gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de valores mobiliários, está sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

De acordo com o Regulamento da CMVM n.º 5/2008, relativo às “Centrais de Valores Mobiliários”, a INTERBOLSA, enquanto entidade gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de valores mobiliários, elabora anualmente um relatório sobre práticas de governo da sociedade, o qual é objeto de parecer emitido pelo seu órgão de fiscalização.

Deste modo, em junho de 2019 com informação reportada a 2018, a INTERBOLSA elaborou um Relatório reunindo num único documento a informação relevante sobre as práticas de governo da sociedade que se encontram implementadas e que tem vindo, anualmente, a divulgar à CMVM.

De acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de CMVM n.º 5/2018, no referido relatório foram exaustivamente evidenciados:

- Os princípios e mecanismos de governação da INTERBOLSA que definem a sua estrutura organizativa, assim como as políticas, os processos e os procedimentos, aplicados pelo órgão de administração e pela direção;
- O controlo acionista e a transmissão de ações da sociedade;
- O exercício de direitos de voto e de representação dos acionistas;

- A composição, as funções e responsabilidades do órgão de administração e da direção, assim como de quaisquer comités de direção;
- A política de remuneração e da compatibilização do seu nível e estrutura com a gestão prudente dos riscos, das componentes fixas e variáveis assim como a supervisão da sua aplicação e revisão e ainda dos planos de incentivos existentes para colaboradores e membros dos órgãos sociais;
- Os negócios e operações realizadas com partes relacionadas e membros dos órgãos sociais.

Conforme é conhecido, o governo das sociedades é um sistema de administração e controlo da sociedade, que se destina a regular as relações entre os diversos *stakeholders* da empresa e cuja incidência se direciona, principalmente, ao modo de funcionamento interno da sociedade e às relações externas adotadas.

É entendimento desta entidade gestora que as boas práticas de governação devem ser encaradas e adotadas como peça fundamental da vida societária, uma vez que focam matérias relevantes relacionadas, designadamente, com:

- a) A responsabilização da Administração no exercício da direção e controlo da sociedade;
- b) A relevância dos direitos das pessoas cujos interesses estão ligados à atividade da sociedade (os também designados *stakeholders* da empresa);
- c) O exercício do direito de voto, pelos acionistas, e a sua participação ativa nas assembleias gerais.

De modo genérico e sumário, a política de governo das sociedades implementada na INTERBOLSA visa assegurar uma gestão competente, eficiente e transparente, cujos princípios orientadores são os que, de modo sintético, se identificam:

- a) Profissionalismo e competência, tanto da Administração como dos Trabalhadores;
- b) Transparência, tanto da organização, como do seu processo decisório;
- c) Responsabilização, tanto da Administração como dos Trabalhadores;
- d) Criação de valor, como primeiro objetivo da Administração e dos Trabalhadores;
- e) Rigor, na gestão dos diversos riscos subjacentes à atividade prosseguida;
- f) Qualidade, na prossecução da atividade que se encontra cometida à sociedade;
- g) Desempenho e mérito, como critérios fundamentais da política de avaliação e da política de remuneração dos Trabalhadores e da Administração;
- i) Informação rigorosa e atempada, disponível tanto ao(s) acionista(s) como às demais pessoas com interesse relevante na sociedade.

Em conclusão, a INTERBOLSA entende que possui uma Política de Governo das Sociedades que, tendo por objetivo a adoção de boas práticas no que se refere às relações societárias estabelecidas, contribui para a adaptação da sociedade às mudanças no ambiente económico e competitivo e às mudanças no mercado, bem como para um mais eficaz desenvolvimento e crescimento da empresa, garantindo, deste modo, a segurança na prossecução de objetivos, a eficiência e eficácia de operações, a confiança dos dados financeiros e o respeito pelas leis e regulamentos aplicáveis, proporcionando a garantia de que os objetivos da empresa são atingidos e que eventos indesejáveis são detetados e impedidos.

Pelo exposto, é convicção da INTERBOLSA que o sistema de governo da sociedade que tem definido, contribui de forma decisiva para evitar a prática de atos suscetíveis de pôr em risco a regularidade de funcionamento, a transparência e a credibilidade dos sistemas por si geridos, proporcionando ao mercado um extenso conjunto de garantias, necessárias e indispensáveis, relativamente ao bom funcionamento dos mesmos.

8 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

8.1 INTRODUÇÃO

A INTERBOLSA adota as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) na elaboração das suas demonstrações financeiras, permitindo, assim, a toda a comunidade financeira proceder a uma análise das demonstrações financeiras desta entidade gestora numa base internacionalmente reconhecida e adotada pela generalidade das empresas europeias, desta forma facilitando a respetiva interpretação e, ainda, a comparabilidade com empresas congéneres.

Tendo presente este pressuposto e mais esta iniciativa no sentido da garantia da transparência e da qualidade da informação prestada ao mercado, o presente Relatório espelha, exclusivamente, a análise económica e financeira das contas individuais da INTERBOLSA.

8.2 RESULTADOS

O Resultado Líquido da INTERBOLSA ascendeu a 5.461 mil euros no final do 1º semestre de 2019, apresentando um acréscimo de 14,4%, face ao resultado registado em junho de 2018.

Os Resultados Operacionais apresentam um acréscimo de 924 mil euros, de 6.461 mil euros em junho de 2018 para 7.385 mil euros em junho de 2019. Em termos percentuais e homólogos, este indicador apresenta um acréscimo de 14,3%.

Os resultados da INTERBOLSA são explicados pelo decréscimo de custos operacionais, em 21,3%, realizados no 1º semestre de 2019, face a igual período do ano anterior.

Montantes expressos em euros				
Resultados	30/06/2019	30/06/2018	Var.	Var. %
Proveitos Operacionais	10.933.622	10.949.949	-16.327	-0,1%
Custos de Exploração	3.208.380	4.078.807	-870.427	-21,3%
Resultados de Exploração	7.725.242	6.871.142	854.100	12,4%
Amortizações	340.548	410.616	-70.068	-17,1%
Resultados Operacionais	7.384.694	6.460.526	924.168	14,3%
Resultados Financeiros	-3.697	-490	-3.207	654,5%
Resultado antes de Impostos	7.380.997	6.460.036	920.961	14,3%
Imposto	1.919.606	1.684.496	235.110	14,0%
Resultado Líquido	5.461.391	4.775.540	685.851	14,4%

No quadro abaixo encontra-se a distribuição dos proveitos operacionais da INTERBOLSA, segmentados pelas diferentes rubricas do preçário:

DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS TOTAIS DA INTERBOLSA PELAS PRINCIPAIS RUBRICAS DO PREÇÁRIO

Montantes expressos em euros

Receitas	30/06/2019	30/06/2018	Var.	Var. %
Utilização Sistema	415.901	394.073	21.828	5,5%
Sistemas de Liquidação e movimentos em conta	797.172	762.146	35.026	4,6%
Exercício de Direitos/Outros Eventos	313.190	429.345	-116.155	-27,1%
Manutenção de Valores	8.741.825	8.712.363	29.462	0,3%
Registo de Emissões	140.730	142.960	-2.230	-1,6%
Cancelamento de Emissões	109.525	40.870	68.655	168,0%
Informação T2S	43.975	49.416	-5.441	-11,0%
Outros Serviços	298.164	307.739	-9.576	-3,1%
Total Prestação de Serviços	10.860.482	10.838.914	21.568	0,2%
Outros Proveitos	73.140	111.035	-37.895	-34,1%
Total de Proveitos	10.933.622	10.949.949	-16.327	-0,1%

A evolução dos proveitos da INTERBOLSA está, em grande medida, associada às alterações introduzidas no preçário da INTERBOLSA, quer para cobrir os custos reais decorrentes da migração dos serviços para a plataforma T2S e os custos associados à utilização dessa mesma plataforma pelos clientes da INTERBOLSA, quer com o objetivo de incrementar os valores mobiliários sob a sua gestão.

Assim em fevereiro de 2018, a INTERBOLSA procedeu à alteração das suas listas de preços, com o objetivo de incrementar os volumes de papel comercial registados na INTERBOLSA, proceder à harmonização dos custos cobrados aos valores mobiliários representativos de dívida de curto prazo (papel comercial e bilhetes do tesouro) bem como, tornar o custo de liquidação de operações OTC mais competitivo.

Em 1 de janeiro de 2019, entraram em vigor as listas de preços da INTERBOLSA que espelham a redução dos preços de registo e cancelamento de *warrants*, a alteração dos preços a cobrar na sequência de pedidos de correções manuais a exercícios de direitos, bem como, a definição de uma nova comissão a cobrar pela difusão de informação. Nesta mesma data, a INTERBOLSA procedeu ao ajustamento da sua lista de preços relativa aos serviços de liquidação, de forma a cobrir o aumento de custos, imposto pelo BCE (Banco Central Europeu), pela utilização da plataforma T2S.

Assim, reportando a análise ao quadro acima, os proveitos totais da INTERBOLSA ascenderam no final do 1º semestre de 2019 a 10.934 mil euros, valor que compara com 10.950 mil euros registados no período homólogo do ano anterior (-0,1%).

A receita gerada pela utilização dos sistemas apresenta um acréscimo homólogo de 5,5%, explicado pelo aumento de preço da *restrictions reference*, incluídas nas contas de valores mobiliários abertas no sistema centralizado.

Os serviços de liquidação e movimentação de valores em conta, apresentam uma variação homóloga positiva de 4,6%, justificada pelo acréscimo de preços cobrados pela INTERBOLSA, na sequência do aumento de preços, do BCE, para utilização da plataforma T2S.

No âmbito das receitas geradas pelos Sistemas Centralizados e, durante o período em análise, as receitas provenientes do exercício de direitos de conteúdo patrimonial e outros eventos apresentam um decréscimo homólogo de 27,1%, justificado pelo decréscimo do número de eventos e outros direitos patrimoniais processados pela INTERBOLSA (-1,6%).

As receitas provenientes da manutenção de emissões e das comissões que incidem sobre as posições em conta detidas pelos intermediários financeiros, apresentam, no final do final do mês de junho de 2019, um acréscimo homólogo absoluto de 29 mil euros (0,3%). Este resultado é explicado pela variação dos montantes médios da dívida pública sob gestão da INTERBOLSA, que apresentam um acréscimo de 4,0%, a par do decréscimo do montante médio de dívida privada registado (-4,6%) e da evolução negativa dos valores médios de ações e unidades de participação (-4,3%), justificado pelo decréscimo do número de emissões, deste tipo, sob gestão da INTERBOLSA.

As receitas resultantes do registo de novas emissões nos Sistemas Centralizados apresentam um decréscimo de 1,6%, tendo a receita gerada pelo cancelamento de emissões passado de 40,9 mil euros para 109,5 mil euros em junho de 2019.

A receita gerada pela informação disponibilizada via plataforma T2S decresceu 11,0%, quando comparada com a receita gerada em igual período de 2018, fruto de uma melhor gestão da informação solicitada ao T2S, tanto pela INTERBOLSA como pelos participantes diretos desta plataforma.

Na rubrica “Outros Serviços” estão incluídos todos os serviços prestados pela INTERBOLSA que não se encontram discriminados nas rubricas anteriores, nomeadamente depósitos e levantamentos de valores mobiliários, comissão especial de gestão de valores titulados, comissões cobradas no âmbito da gestão da Agência Nacional de Codificação, bem como os proveitos gerados pela rede de comunicações privada da INTERBOLSA. Encontram-se, igualmente, nesta rubrica as comunicações SWIFT cobradas aos participantes da INTERBOLSA desde abril de 2017. Os valores registados nesta rubrica decresceram 3,1%.

8.3 CUSTOS E PERDAS

A INTERBOLSA apresenta, no final do 1º semestre de 2019, custos operacionais no montante de 3.549 mil euros, valor que representa um decréscimo absoluto de 941 mil euros, face ao montante registado no mesmo período do ano anterior. Esta variação é explicada, essencialmente, pela redução dos custos com pessoal (-40%), resultado da contabilização de custos não recorrentes, em 2018.

No quadro seguinte apresenta-se, em termos globais, a discriminação dos Custos Operacionais da INTERBOLSA, no 1º semestre de 2019 e de 2018.

Montantes expressos em euros				
Custos Operacionais	30/06/2019	30/06/2018	Var.	Var.%
Gastos com o pessoal	1.419.840	2.365.589	-945.749	-40,0%
Gastos com tecnologias de informação e comunicações	362.906	399.466	-36.560	-9,2%
Consultoria e Serviços profissionais	827.730	685.415	142.315	20,8%
Equipamentos e instalações	88.127	130.942	-42.815	-32,7%
Provisões, ajustamentos e imparidades	13.742	9.689	4.053	41,8%
Regulador	380.000	378.281	1.719	0,5%
Outros gastos	116.035	109.426	6.609	6,0%
Total de Custos Exploração	3.208.380	4.078.807	-870.427	-21,3%
Depreciações e Amortizações	340.548	410.616	-70.068	-17,1%
Total de Custos Operacionais	3.548.928	4.489.423	-940.495	-20,9%

Os gastos com tecnologias de informação e comunicações apresentam um decréscimo de 9,2%, explicado, pelo termo de contratos de manutenção de *hardware* (*discos*) e pelo decréscimo de custos relativos a comunicações SWIFT, sistema de comunicações escolhido para ligação à plataforma T2S.

A rubrica “Consultoria e Serviços profissionais” apresenta um acréscimo de 20,8%, principalmente explicado pela imputação de custos cobrados pelo BCE (Banco Central Europeu) relativos à utilização da plataforma T2S. Em janeiro de 2019, o Banco Central Europeu aumentou os custos com a utilização da plataforma T2S em cerca de 35%.

Os custos com instalações e serviços conexos apresentam um decréscimo homólogo de 32,7%, essencialmente justificado pela adoção, em 1 de Janeiro de 2019, da norma IFRS16, o que resultou na reclassificação do valor das rendas relativas ao edifício (por contrapartida de amortizações) onde a INTERBOLSA se encontra instalada, no valor de 37 mil euros.

As amortizações apresentam um decréscimo de 17,1%, explicado, por um lado, pelo fim do período de amortização do *software* desenvolvido internamente, em abril de 2019, decorrente da passagem do tempo, a par com o aumento de valor da rubrica de amortizações justificada pelo registo de 3 contratos de locação,

sendo 2 de equipamento informático e 1 relativo ao contrato de arrendamento das instalações da INTERBOLSA, na sequência da aplicação da norma IFRS16.

A rubrica de Provisões, ajustamentos e imparidades apresenta uma variação percentual de 41,8% (4 mil euros, em termos absolutos) justificado pelo ajustamento relativo a perdas de crédito esperadas.

A rubrica de outros gastos apresenta uma variação de 6,0% explicada, essencialmente, pelo aumento do custo com seguros.

8.4 ESTRUTURA PATRIMONIAL

Realizando a análise da estrutura patrimonial da INTERBOLSA, o Ativo Líquido ascende em junho de 2019, a 23.527 mil euros, representando uma contração de 2.703 mil euros, face a dezembro de 2018. Contribuiu para esta variação, o decréscimo dos montantes registados em “caixa e equivalentes de caixa” e na rubrica de ativos intangíveis, fruto da aplicação na norma IFRS 16, em janeiro de 2019.

	valores expressos em euros			
Custos Operacionais	30/06/2019	31/12/2018	Var.2019/2018	Var.%
Ativo Líquido	23.526.534	26.229.317	-2.702.783	-10,3%
Passivo Líquido	6.433.983	4.101.902	2.332.081	56,9%
Capital Próprio	17.092.551	22.127.415	-5.034.864	-22,8%

Ainda na sequência da aplicação da norma IFRS 16, e do decréscimo da taxa de desconto do Fundo de Pensões de Benefício definido da INTERBOLSA, o Passivo desta entidade gestora apresenta um acréscimo de 56,9%, quando comparado com o montante do Passivo registado em 31 de dezembro de 2018.

O capital próprio ascende a 17.093 mil euros no final do 1º semestre de 2019, justificado pela conjugação dos seguintes fatores: o resultado líquido de período, o efeito dos desvios atuariais relativos ao Fundo de Pensões da INTERBOLSA, assim como o plano de *stock options*, em vigor no Grupo Euronext.

9 DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 245.º, do Código de Valores Mobiliários (CVM), declaramos que para o exercício findo em 30 de junho de 2019, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante das Demonstrações Financeiras, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da **INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.** e que o presente relatório expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta entidade gestora, bem como, uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a INTERBOLSA se defronta.

Porto, 27 de agosto de 2019

Técnico Oficial de Contas (n.º 54050)

Miguel Brochado

O Conselho de Administração

Presidente

Isabel Ucha da Silva

Administrador Executivo

Rui Samagaio de Matos

Administradora Executiva

Anne Giviskos

Administradora não Executiva

Clara Raposo

Administrador não Executivo

Joaquim Cadete

10 COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 30 de junho de 2019, os Órgãos Sociais da INTERBOLSA apresentavam a seguinte composição:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira
Secretária	Helena Teixeira Lopes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Isabel Rute Ucha da Silva
Administrador Executivo	Rui Samagaio de Matos
Administradora Executiva	Anne Giviskos
Administradora Não Executiva Independente	Clara Patrícia Costa Raposo
Administrador Não Executivo Independente	Joaquim António Pereira Cadete

FISCAL ÚNICO

Fiscal Efetivo	Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Sandra e Sousa Amorim
Fiscal Único suplente	Pedro Jorge da Silva e Paiva

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Secretário da Sociedade	Helena Teixeira Lopes
Secretário da Sociedade suplente	Arlinda André Moreira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO ÀS CONTAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Notas	montantes expressos em Euros	
		Junho 19	dezembro 18
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	15	212.929	244.486
Ativos intangíveis	16	23.195	195.334
Direitos de uso	17	605.177	-
Outros Ativos financeiros	18	1.442	1.250
Ativos por Impostos diferidos	19	178.500	179.282
Devedores e outros ativos	20	11.071	-
Total de Ativos Não Correntes		1.032.314	620.353
Impostos a receber	13	-	-
Devedores e outros ativos	20	2.556.216	2.448.846
Depósitos a prazo		-	-
Caixa e equivalentes de caixa	21	19.938.004	23.160.119
Total de Ativos Correntes		22.494.220	25.608.965
Total do Ativo		23.526.534	26.229.318
Capital Próprio			
Capital	22	5.500.000	5.500.000
Reserva Legal	23	5.500.000	5.500.000
Outras reservas – Ganhos e perdas reconhecidos diretamente em reservas	23	(2.135.601)	(1.610.601)
Resultados transitados	23	2.827.058	2.827.058
Outros instrumentos de capital – <i>Plano de ações</i>	23	(60.297)	(60.627)
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas		5.461.391	9.971.586
Total do Capital Próprio atribuível aos acionistas		17.092.551	22.127.415
Benefícios aos empregados	24	1.345.248	793.092
Financiamentos obtidos	25	388.796	-
Total de Passivos Não Correntes		1.734.044	793.092
Credores e outros passivos	26	2.522.801	2.628.877
Financiamentos obtidos	25	245.778	-
IRC apurado	13	1.931.361	679.933
Total de Passivos Correntes		4.699.939	3.308.811
Total do Passivo		6.433.984	4.101.902
Total do Capital Próprio e Passivo		23.526.534	26.229.318

O ANEXO FAZ PARTE INTEGRANTE DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 30 DE JUNHO DE 2019.

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018**

	Notas	montantes expressos em Euros	
		Junho 19	Junho 18
Prestações de serviços			
Liquidação, custódia e outros	3	10.860.482	10.838.914
Outros proveitos	4	73.140	111.035
		10.933.622	10.949.949
<i>Gastos e perdas</i>			
Gastos com o pessoal	6	1.419.840	2.365.589
Amortizações e depreciações	7	340.548	410.616
Gastos com tecnologias de informação e comunicações	8	362.906	399.466
Consultoria e serviços profissionais	9	827.730	685.415
Instalações e serviços conexos	10	88.127	130.942
Ajustamentos e imparidades	5	13.742	9.689
Outros gastos	11	496.035	487.707
		3.548.928	4.489.423
Resultado operacional		7.384.694	6.460.526
Proveitos financeiros	12	11	-
Gastos financeiros	12	3.708	490
Resultado financeiro		(3.697)	(490)
Resultado antes de impostos		7.380.997	6.460.036
Impostos sobre lucros			
- Imposto Corrente	13	1.918.824	1.691.956
- Imposto Diferido	13/ 19	782	(7.461)
Resultado após impostos		5.461.391	4.775.540
Ganhos e (perdas) reconhecidos diretamente em reservas:			
Benefícios pós-emprego – Desvios atuariais	23/24	(525.000)	(47.230)
Plano de ações		331	(7.383)
		524.669	(54.613)
Rendimento integral		4.936.722	4.720.927
Resultado por ação Básico – Euros		0,90	0,87
Resultado por ação Diluído – Euros		0,90	0,87

O ANEXO FAZ PARTE INTEGRANTE DA DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

	montantes expressos em Euros	
	Junho 19	Junho 18
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de clientes	12.604.571	12.626.646
Pagamento a fornecedores	(1.636.464)	(1.765.634)
Pagamentos ao pessoal	(826.130)	(1.004.319)
Caixa gerada pelas operações	10.141.976	9.856.692
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre rendimento	(667.397)	(612.853)
Outros recebimentos / (pagamentos)	(2.577.435)	(2.648.706)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	6.897.144	6.595.134
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
- Ativos tangíveis	-	(147.194)
- Ativos intangíveis	13.982	-
- Investimentos financeiros	-	-
- Outros ativos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
- Ativos tangíveis	-	-
- Ativos intangíveis	-	-
- Investimentos financeiros	-	-
- Outros ativos	-	1.653
- Subsídios ao investimento	-	-
- Juros e rendimentos similares	-	-
- Dividendos	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(13.982)	(145.541)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
- Financiamentos obtidos	-	-
- Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
- Cobertura de prejuízos	-	-
- Doações e subsídios	-	-
- Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
- Financiamentos obtidos	-	-
- Juros e gastos similares	(3.586)	(494)
- Dividendos	(9.971.586)	(9.665.374)
- Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
- Pagamentos respeitantes a contratos de locação	(130.105)	(8.032)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(10.105.277)	(9.674.171)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(3.222.115)	(3.224.578)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	23.160.119	21.724.700
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19.938.004	18.500.122

O ANEXO FAZ PARTE INTEGRANTE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019.

**MAPA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO 2018**

montantes expressos em Euros

	Total do capital próprio	Capital social	Reserva legal	Outras reservas e Outros Instrumentos de Capital	Resultados transitados	Resultado líquido
31 de Dezembro de 2017	21.419.347	5.500.000	5.500.000	(2.073.085)	2.827.058	9.665.374
Rendimento integral:						
- Resultado líquido do período	9.971.586	-	-	-	-	9.971.586
- Ganhos atuariais reconhecidas no período	391.000	-	-	391.000	-	-
- Plano de ações	10.856	-	-	10.856	-	-
	10.373.442	-	-	401.856	-	9.971.586
Distribuição de resultados						
- Distribuição de dividendos	(9.665.374)	-	-	-	-	(9.665.374)
	(9.665.374)	-	-	-	-	(9.665.374)
31 de dezembro de 2018	22.127.415	5.500.000	5.500.000	(1.671.228)	2.827.058	9.971.586
Rendimento integral:						
- Resultado líquido do período	5.461.391	-	-	-	-	5.461.391
- Ganhos atuariais reconhecidas no período	(525.000)	-	-	(525.000)	-	-
- Plano de ações	331	-	-	331	-	-
	4.936.722	-	-	(524.669)	-	5.461.391
Distribuição de resultados						
- Distribuição de dividendos	(9.971.586)	-	-	-	-	(9.971.586)
	(9.971.586)	-	-	-	-	(9.971.586)
30 junho de 2019	17.092.551	5.500.000	5.500.000	(2.195.898)	2.827.058	5.461.391

O ANEXO FAZ PARTE INTEGRANTE DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O PERÍODO FINDO 30 DE JUNHO DE 2019

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A transformação da INTERBOLSA – Associação para a Prestação de Serviços às Bolsas de Valores em INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (“INTERBOLSA”), foi outorgada por escritura de 10 de fevereiro de 2000, lavrada no 1º Cartório Notarial de Lisboa, conforme deliberação da Assembleia Geral da INTERBOLSA – Associação para a Prestação de Serviços às Bolsas de Valores, de 20 de dezembro de 1999 e nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 394/99, de 13 de outubro (revogado pelo Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de outubro), e da Portaria n.º 1.194-A/99 (2ª. Série), de 8 de novembro.

O registo comercial do ato de transformação de Associação para Sociedade Anónima foi efetuado em 22 de fevereiro de 2000.

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. é uma sociedade anónima, cujo capital social é inteiramente detido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. (de ora em diante, abreviadamente, Euronext Lisbon). Enquanto sociedade totalmente detida pela Euronext Lisbon, a INTERBOLSA é, atualmente, parte integrante da Euronext, a bolsa na zona Euro líder de mercado no sector das grandes empresas, com uma sólida e diversificada base de clientes internacionais e nacionais.

Na realização da sua missão, e de acordo com o seu objeto social e o estipulado no Regulamento (UE) n.º 909/2014, de 23 de julho (abreviadamente *CSD Regulation*), a INTERBOLSA prossegue um conjunto alargado de atividades nas seguintes áreas de atuação: Registo inicial de valores mobiliários em sistema de registo centralizado; Estruturação e administração de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários; Gestão de Sistemas de Liquidação de Valores Mobiliários e Serviços auxiliares de tipo não bancário.

A INTERBOLSA encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto – 2ª Secção sob o número 502962275.

A INTERBOLSA rege-se pelo disposto nos respetivos Estatutos, no Regulamento (UE) n.º 909/2014, de 23 de julho e informação complementar (*CSD Regulation*), no Regime Jurídico das Centrais de Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 35/2018, de 20 de julho, no Código dos Valores Mobiliários (CVM) e no Código das Sociedades Comerciais (CSC), bem como na demais legislação e regulamentação aplicável.

A INTERBOLSA apresentou à entidade competente o seu processo de autorização para ser reconhecida como CSD ao abrigo da *CSD Regulation* em 29 de setembro de 2017, tendo a CMVM, em janeiro de 2018, notificado a INTERBOLSA relativamente à completude do referido processo.

A 12 de Julho de 2018 a CMVM concedeu à INTERBOLSA autorização para atuar como CSD, ao abrigo da *CSD Regulation*.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas à unidade mais próxima.

As demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas a serem emitidas em 27 de agosto de 2019.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações, desempenho financeiros e os fluxos de caixa da INTERBOLSA.

2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da INTERBOLSA, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”), adotadas pela União Europeia, em vigor em 1 de janeiro de 2019.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a norma IAS 34 Relato Financeiro Intercalar (“IAS 34”). Consequentemente, estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas IFRS, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa e seguindo a convenção dos custos históricos, modificada, quando aplicável, pela valorização de ativos e passivos financeiros (incluindo derivados) ao justo valor.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as IFRS, a Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos com impacto no valor de ativos e passivos e no reconhecimento de rendimentos e gastos de cada período de reporte. Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem maior grau de julgamento e estimativas são apresentadas na Nota 2.22 – Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas.

A INTERBOLSA, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia.

OUTRAS NOTAS

Em dezembro de 2001, foi celebrado um acordo com os trabalhadores da INTERBOLSA no qual se fixa um conjunto de princípios a cumprir no caso de cessação de contratos de trabalho por iniciativa desta entidade empregadora, bem como, um conjunto de condições integradas num esquema, ainda que privado, de reforma e de pré-reforma, ambos posteriormente regulamentados em julho de 2002.

2.2 ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E DIVULGAÇÕES

As normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019 são as seguintes:

- IAS 19 (alteração), “Alteração, reestruturação ou liquidação do plano” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo a adoção antecipada permitida). A alteração tem como objetivo harmonizar as práticas contabilísticas e fornecer informações mais relevantes para a tomada de decisões.
- IAS 28 (alteração), “Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). A melhoria veio clarificar que i) uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou jointventures ao justo valor através de resultados, ii) se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou jointventure que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicial do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.
- IFRIC 23 (interpretação), “Incertezas no tratamento de impostos sobre o rendimento” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). A interpretação aborda a contabilização de impostos sobre o rendimento, quando os tratamentos fiscais envolvam incertezas que afetem a aplicação da IAS 12. A interpretação não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito da IAS 12, nem incluem requisitos específicos relativos a juros e penalidades associados a incertezas de tratamentos fiscais.
- IFRS 9 (alteração), “Pagamento antecipado com compensações negativas” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro cumpre o critério de Pagamento Exclusivo do Principal e dos Juros (SPPI, em inglês), independentemente do evento ou das circunstâncias que causaram o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.
- IFRS 16 (novo), “Locações” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, com opção de aplicação antecipada). A norma estabelece a forma de reconhecimento, apresentação e divulgação de contratos de leasing, definindo um único modelo de contabilização. Com exceção de contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor (opcional), os leasings deverão ser contabilizados como um ativo e um passivo.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017 a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Estas melhorias envolvem a revisão da IFRS 3 Combinações de negócios – interesse detido previamente numa operação conjunta, IFRS 11 Acordos conjuntos – interesse detido previamente numa operação conjunta, IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital e IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras, com exceção da IFRS 16.

IMPACTOS DA IFRS 16 – LOCAÇÕES

A IFRS 16 foi endossada em outubro de 2017 e deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo permitida a sua adoção antecipada. Esta norma estabelece a forma de reconhecimento, apresentação e divulgação de contratos de locação, definindo um único modelo de reconhecimento.

TRANSIÇÃO

A nova norma substituirá todos os atuais requisitos, princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de locação prescritos nas IFRS, em particular na IAS 17 – Locações e deverá ser aplicada de forma retrospectiva, adotando um dos seguintes métodos:

- i) aplicação retrospectiva completa: implica a reexpressão de todos os períodos comparativos; ou
- ii) aplicação retrospectiva modificada: reconhecimento do efeito acumulado, no primeiro período de aplicação da norma, como um ajustamento ao capital próprio, no balanço de abertura do período em que a norma é adotada.

A INTERBOLSA adotou a nova norma a 1 de janeiro de 2019, usando o método retrospectivo modificado.

LOCAÇÕES

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período de tempo, em troca de um valor.

No início de cada contrato, uma entidade deve avaliar e identificar se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se a entidade obtém substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se a entidade tem o direito de controlar o uso do ativo.

No caso dos contratos que constituam, ou contenham, uma locação, as entidades devem contabilizar cada componente da locação contido no contrato como uma locação, separadamente dos outros componentes do contrato que não sejam locações, exceto se a entidade aplicar o expediente prático previsto na norma. A INTERBOLSA optou por separar as componentes não locação do contrato.

A IFRS 16 estabelece que os locatários contabilizem todas as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar com o tratamento que a IAS 17 estabelece para as locações financeiras.

A norma permite duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor e (2) locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). A INTERBOLSA não adotou estas exceções.

Na data de início da locação, o locatário reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – “*right-of-use*” ou “ROU”).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU. Os locatários deverão ainda remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer o montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locador permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A IFRS 16 prevê ainda divulgações adicionais sobre os ativos e passivos que a sua adoção originará, pelo que o Grupo antecipa um aumento significativo das divulgações nas demonstrações financeiras.

IMPACTOS FINANCEIROS

Os impactos da adoção da IFRS 16 ocorreram no contrato de arrendamento do edifício do Porto e em dois contratos de locação de *hardware*.

Da adoção da IFRS 16 o balanço de abertura do período em que a norma foi adotada (01.01.2019) apresentou um aumento de aproximadamente 752.909 Euros tanto em Ativo (“Direitos de Uso”) como em Passivo (Financiamentos Obtidos).

A demonstração de posição financeira reexpressa é a seguinte:

	<u>dezembro 18</u>	<u>dezembro 18 reexpresso</u>
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	244.486	244.486
Ativos intangíveis	195.334	195.334
Direitos de uso	-	752.909
Outros Ativos financeiros	1.250	1.250
Ativos por Impostos diferidos	<u>179.282</u>	<u>179.282</u>
Total de Ativos Não Correntes	620.353	1.373.261
Total de Ativos Correntes	25.608.965	25.608.965
Total do Ativo	26.229.318	26.982.226

	dezembro 18	dezembro 18 reexpresso
Passivo		
Benefícios aos empregados	793.092	793.092
Financiamentos obtidos	-	752.909
Provisões	-	-
	<hr/>	<hr/>
Total de Passivos Não Correntes	793.092	1.546.001
Total de Passivos Correntes	3.308.811	3.308.811
Total do Passivo	4.101.902	4.820.463
Total do Capital Próprio atribuíveis aos acionistas	22.127.415	22.127.415
Total do Capital Próprio e Passivo	26.229.318	26.982.226

Os impactos da adoção da IFRS 16 na demonstração dos fluxos de caixa correspondem à reclassificação de pagamentos a fornecedores para:

- pagamentos respeitantes a amortizações de contratos de locação, no montante de 121.614 euros; e
- pagamentos respeitantes a juros e custos similares, no montante de 3.280 euros.

À data de aprovação destas demonstrações financeiras, não existem normas e interpretações endossadas pela União Europeia, mas cuja aplicação obrigatória ocorra em exercícios económicos futuros.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, endossadas pela União Europeia:

- IAS 1 e IAS 8 (alteração), “Definição de material” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). A intenção da alteração da norma é clarificar a definição de material e alinhar a definição usada nas normas internacionais de relato financeiro.
- IFRS 3 (alteração), “Concentração de atividades empresariais” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). A intenção da alteração da norma é ultrapassar as dificuldades que surgem quando uma entidade determina se adquiriu um negócio ou um conjunto de ativos.
- IFRS 17 (novo), “Contratos de Seguros” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico com maior utilidade e consistência para contratos de seguros entre entidades que os emitam globalmente.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (emitido a 29 de março de 2018, a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

A INTERBOLSA está a apurar o impacto resultante destas alterações e aplicará estas normas no exercício em que as mesmas se tornarem efetivas, ou antecipadamente quando permitido.

2.3 RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações sujeito a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Dada a natureza da atividade e dos seus clientes, a INTERBOLSA concentra-se num único segmento de negócio – Liquidação e Custódia - e num único segmento geográfico – Portugal.

2.4 CLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis há menos de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo corrente.

2.5 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto.

Na rubrica 'Caixa e seus equivalentes' são registados os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos imobilizados e as variações decorrentes das operações de *cash pooling* do Grupo Euronext, nomeadamente com a Euronext Paris, entidade gestora do sistema de *cash pooling*. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

2.6 ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira da INTERBOLSA na data de negociação ou contratação, que é a data em que a INTERBOLSA se compromete a adquirir ou alienar o ativo. No momento inicial, com exceção das contas a receber comerciais, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados. As contas a receber comerciais, no momento inicial, são reconhecidas pelo seu preço de transação, conforme definido pela IFRS 15.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da INTERBOLSA ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a INTERBOLSA tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a INTERBOLSA tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido, quando e só quando, a INTERBOLSA tem o direito a compensar os montantes reconhecidos e tem a intenção de liquidar pelo valor líquido. A INTERBOLSA classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. A sua classificação depende do modelo de negócio da entidade para gerir os ativos financeiros e das características contratuais em termos de fluxos de caixa do ativo financeiro.

ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

São classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivados e instrumentos de capital que o Grupo não tenha classificado como ativo financeiro através de outro rendimento integral, no momento de reconhecimento inicial. Nesta categoria integram-se também todos os instrumentos financeiros cujos *cashflows* contratuais não são exclusivamente capital e juros.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do exercício em que ocorrem, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e dividendos.

ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

São ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral aqueles que estão inseridos num modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de *cashflows* contratuais e da venda de ativos financeiros, sendo que estes fluxos de caixa contratuais são apenas reembolso de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

São ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aqueles que estão inseridos num modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de receber os *cashflows* contratuais, sendo que estes fluxos de caixa contratuais são apenas reembolso de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem o caixa, as disponibilidades em outras instituições de crédito nomeadamente o saldo da conta individual da INTERBOLSA, conta aberta durante o ano de 2018, em nome da INTERBOLSA, junto da entidade bancária que agrega o sistema de *cash pooling* do grupo Euronext.

2.7 PASSIVOS FINANCEIROS E INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da sua forma legal. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da INTERBOLSA após dedução dos passivos. Os instrumentos de capital próprio emitido pela INTERBOLSA são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando extintos, isto é, quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expirada.

De acordo com a IFRS 9, os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, com exceção de:

- a) Passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados. Esses passivos, incluindo os derivados que sejam passivos, devem ser subsequentemente mensurados pelo justo valor;
- b) Passivos financeiros que surjam quando uma transferência de um ativo financeiro não satisfaz as condições para o desreconhecimento ou quando se aplica a abordagem do envolvimento continuado;
- c) Contratos de garantia financeira;
- d) Os compromissos de concessão de um empréstimo a uma taxa de juro inferior à do mercado;
- e) A retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3. Essa retribuição contingente deve ser subsequentemente mensurada pelo justo valor, com alterações reconhecidas nos resultados.

Os passivos financeiros da INTERBOLSA incluem: empréstimos obtidos e contas a pagar.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

A cada data da demonstração da posição financeira, a INTERBOLSA analisa e reconhece as perdas esperadas para os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber. As perdas esperadas resultam da diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos a uma entidade em conformidade com o contrato e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

O objetivo desta política de imparidade consiste em reconhecer as perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração dos instrumentos financeiros que tenham sido objeto de aumentos significativos do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliado numa base individual ou coletiva, tendo em conta todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo as prospetivas. Se à data de relato, o risco de crédito associado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas relativa a esse instrumento financeiro por uma quantia equivalente às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses.

Para as contas a receber e ativos resultantes de contratos ao abrigo da IFRS 15, a INTERBOLSA adota a abordagem simplificada ao calcular perdas de crédito esperadas. Dessa forma, a INTERBOLSA não monitoriza alterações no risco de crédito, reconhecendo ao invés perdas por imparidade baseadas na perda de crédito esperada em cada data de

reporte. A INTERBOLSA apresenta um critério de perdas por imparidade que é baseado no histórico de perdas de crédito, ajustado por fatores prospetivos específicos aos clientes e ambiente económico.

2.8 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O justo valor de um instrumento financeiro é o montante pelo qual este pode ser trocado numa transação normal de mercado entre partes conhecedoras e dispostas a efetivar a troca, sem qualquer intenção ou necessidade de liquidar, ou de empreender uma transação em condições adversas.

O justo valor é obtido com base em preços de cotação em mercado ou em preços de Intermediários Financeiros que atuam em mercados ativos, quando disponíveis. Na sua ausência, o justo valor é baseado na utilização de preços de transações recentes realizadas em condições de mercado ou, na sua ausência, usando técnicas de valorização. Estas técnicas de valorização incluem fluxos futuros de caixa descontados considerando dados observáveis de mercado disponíveis.

2.9 RECONHECIMENTO DE CUSTOS E PROVEITOS

Os custos e os proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na prestação de serviços, líquidos de imposto sobre o valor acrescentado, abates e descontos.

2.10 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. A INTERBOLSA decidiu alterar as taxas de amortização dos ativos fixos tangíveis, com referência a 1 de janeiro de 2006, de acordo com as praticadas pelo Grupo Euronext. Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a INTERBOLSA. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, à medida que são incorridas, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	2 a 5
Equipamento informático	2 a 3
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.11 ATIVOS INTANGÍVEIS

“Software”

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela INTERBOLSA necessárias à sua implementação. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma Internacional de Contabilidade 38 – Ativos Intangíveis, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de *software* são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de *software* efetuados pela INTERBOLSA, sob os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um período, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com empregados diretamente afetos aos projetos, sendo amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

2.12 DIREITOS DE USO E LOCAÇÕES

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período de tempo, em troca de um valor.

No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se a INTERBOLSA obtém substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se a INTERBOLSA tem o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar com o tratamento que a IAS 17 estabelece para as locações financeiras.

Na data de início da locação, a INTERBOLSA reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – “*right-of-use*” ou “ROU”).

O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecido como um ajustamento no ROU.

A INTERBOLSA reconhece o direito de uso dos ativos na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

O direito de uso dos ativos encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo do direito de uso dos ativos inclui o valor reconhecido do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data inicial da locação, deduzido de quaisquer incentivos recebidos.

A menos que seja razoavelmente certo que a INTERBOLSA obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o direito de uso dos ativos reconhecido é depreciado pelo método linear durante o período mais curto de sua vida útil estimada e do prazo da locação.

Os direitos de uso estão sujeitos a imparidades.

PASSIVOS COM LOCAÇÕES

Na data de início da locação, a INTERBOLSA reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que a INTERBOLSA exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que a INTERBOLSA rescinda o contrato.

Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, a INTERBOLSA usa a taxa de empréstimo incremental na data de início da locação se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

Após a data de início da locação, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

2.13 TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor da data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor da data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor da data em que o justo valor foi determinado.

2.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

FUNDO DE PENSÕES DA INTERBOLSA

O Fundo de Pensões da INTERBOLSA foi constituído, por tempo indeterminado, em 27 de dezembro de 2001, tendo o respetivo Contrato Constitutivo sido alterado em 29 de dezembro de 2006 e em 6 de agosto de 2016, para ajustamento da sua redação às alterações introduzidas ao regime jurídico dos fundos de pensões (Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, conforme alterado pelos Decretos-Leis n.º 180/2007, de 9 de maio, 357-A/2007, de 31 de outubro, 18/2013 de 6 de fevereiro e 124/2015, de 7 de julho) pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro

Em 2016 a INTERBOLSA decidiu alterar os benefícios pós reforma dos seus trabalhadores, mediante a criação, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, de um plano de pensões de contribuição definida e proceder à alteração do atual plano do benefício definido, no sentido deste último deixar de abranger novos Participantes, bem como fixar, por referência a 31 de dezembro de 2016, o tempo de serviço prestado até essa data e a remuneração pensionável, mantendo-se os benefícios associados até essa data, nomeadamente, a pensão de velhice, invalidez e sobrevivência.

O contrato constitutivo do Fundo de pensões da INTERBOLSA foi alterado em 7 de dezembro de 2017, para refletir as opções acima expostas, tendo as referidas alterações sido submetidas e aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O único associado do Fundo é a INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A., e a entidade gestora do Fundo é a CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O Fundo de Pensões da INTERBOLSA tem por objetivo garantir o pagamento das prestações pecuniárias decorrentes dos planos de pensões acima referidos, garantindo uma pensão por velhice, invalidez (absoluta ou relativa),

sobrevivência, independente da Segurança Social ou outro regime de previdência equiparável por que o participante do Fundo esteja abrangido.

O Fundo de Pensões da INTERBOLSA financia os seguintes Planos de Pensões:

- a) Um Plano de Pensões de Benefício Definido:
- b) Um Plano de Pensões de Contribuição Definida;

Uma vez que, pela sua natureza, os dois Planos de Pensões apresentam características muito distintas, designadamente ao nível do padrão de responsabilidades e riscos implícitos, o Fundo é constituído por três subfundos para assim permitir uma melhor adequação entre os ativos afetos ao financiamento de cada Plano e as respetivas responsabilidades:

- a) um Subfundo Benefício Definido, correspondente à quota-parte do Fundo afeta ao financiamento do Plano Benefício Definido;
- b) Um Subfundo Conservador e um Subfundo Dinâmico, correspondentes à quota-parte do Fundo afeta ao financiamento do Plano Contribuição Definida, diferenciando-se entre si pelo seu binómio risco vs. rendibilidade potenciais.

O financiamento do Plano Benefício Definido fica totalmente a cargo da INTERBOLSA.

O Plano de Contribuição Definida é financiado por contribuições da INTERBOLSA efetuadas mensalmente a favor de cada um dos Participantes, e por contribuições mensais voluntárias dos próprios Participantes, calculadas, em ambos os casos, sobre o respetivo salário pensionável. Os Participantes dispõem ainda da faculdade de realizar contribuições extraordinárias.

Os valores recebidos pela Entidade Gestora serão investidos de acordo com a legislação em vigor e com o estabelecido na Política de Investimento definida para o Fundo no respetivo Contrato de Gestão, com vista ao cumprimento dos objetivos de maior rendibilidade e segurança dos investimentos.

PLANO DE BENEFICIO DEFINIDO:

O cálculo das contribuições a entregar pela INTERBOLSA ao Fundo no âmbito do Plano Benefício Definido será anualmente atualizado tendo em consideração os estudos atuariais e os planos de pagamentos de pensões que tiverem de ser cumpridos. Em cada momento do cálculo serão consideradas, como especialmente relevantes, as seguintes hipóteses:

- a) Evolução do grupo de Participantes e de Beneficiários;
- b) Previsão da taxa de desconto dos *cash-flows*, designadamente, com base na estimativa da Yield, no final do ano a que reporta a avaliação, das obrigações de alta qualidade de sociedades, de uma moeda e prazo consistente com a moeda e prazo das obrigações subjacentes ao Plano de Pensões.

Sempre que necessário a INTERBOLSA efetuará contribuições extraordinárias para o Fundo, tendo em vista o financiamento do Plano Benefício Definido, nomeadamente quando as necessidades deste assim o exigiam.

O estudo atuarial acima referido é elaborado pela Mercer, Human Resource Consulting, S.A.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada para a reforma por velhice, invalidez e sobrevivência imediata e diferida, tendo sido utilizados decrementos por invalidez para a reforma por velhice e sobrevivência diferida, e bem assim, pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19 (Revista).

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados, em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzido do “*unwinding*” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida da INTERBOLSA relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca do serviço prestado no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo que o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações de *rating* AAA com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

No exercício de 2013, e conforme preconizado na IAS 19 *Revised* (IAS 19 R), a INTERBOLSA procedeu à alteração da política contabilística de mensuração dos ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais (ganhos e perdas atuariais).

Os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos na rubrica de “outras reservas” em capital próprio. A aplicação desta alteração foi efetuada retroativamente.

Adicionalmente, a IAS 19R prevê que o custo financeiro do plano de benefícios com fundo constituído, deve ser calculado pela aplicação da taxa de desconto ao saldo líquido das responsabilidades estimadas e do justo valor dos ativos do plano, quer se trate de um saldo positivo ou negativo.

Os pagamentos ao fundo são efetuados, anualmente, de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

Ainda de acordo com a IAS 19R os montantes das contribuições mensais efetuadas pela INTERBOLSA para o Plano de contribuição definida são registados por contrapartida de custos operacionais.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

As contribuições da Empresa para o plano de contribuição definida, iniciadas em 1 de janeiro de 2017, são reconhecidas como gasto no período a que respeitam (quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito aos benefícios).

2.15 RESULTADOS FINANCEIROS

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, considerando o método da taxa de juro efetiva. Os juros relativos a locações financeiras são reconhecidos considerando o método da taxa de juro efetiva.

2.16 IMPOSTOS SOBRE LUCROS

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

A INTERBOLSA é tributada pelo regime de tributação de grupos de sociedades liderado pela Euronext Lisbon, por autorização obtida ao abrigo do disposto no artigo 69º do Código do IRC. O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa incluída no Grupo de sociedades fiscal com base na sua situação fiscal individual. O eventual ganho ou perda decorrente do regime de tributação de grupos é reconhecido na íntegra pela Euronext Lisbon, S.A..

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

2.17 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Os benefícios concedidos a colaboradores ao abrigo de Planos de incentivos de aquisição de ações ou de opções sobre ações são registados de acordo com as disposições da IFRS 2 – Pagamentos com base em ações.

De acordo com a IFRS 2, uma vez que não é possível estimar com fiabilidade o justo valor dos serviços recebidos dos colaboradores, o seu valor é mensurado por referência ao justo valor dos instrumentos de capital próprio (ações próprias da Euronext NV), de acordo com a sua cotação à data de atribuição.

Esse custo é reconhecido de forma linear ao longo do período em que o serviço é prestado pelos colaboradores, na rubrica de “Gastos com o pessoal” na demonstração dos resultados, juntamente com o correspondente aumento em “Outras instrumentos de capital – Plano de ações”. O custo acumulado reconhecido à data de cada demonstração financeira reflete a melhor estimativa do Grupo Euronext relativamente ao número de ações próprias que irão ser distribuídas, ponderado pelo proporcional de tempo decorrido entre a aquisição das ações e a sua atribuição aos colaboradores. O impacto na demonstração de resultados de cada exercício representa a variação do custo acumulado entre o início e o fim do período.

2.18 CAPITAL

RESERVA LEGAL

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

RESERVAS PARA PLANOS DE INCENTIVO DE MÉDIO PRAZO

De acordo com a IFRS 2 – “Pagamentos com base em ações”, a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de “Outros instrumentos de capital – Plano de ações” sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

OUTRAS RESERVAS – GANHOS E PERDAS RECONHECIDOS DIRETAMENTE EM RESERVAS

Referem-se aos ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais (ganhos e perdas atuariais).

OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas e os ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros, investimentos financeiros e propriedades de investimento, que, de acordo com o nº 2 do artº 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

2.19 RÉDITO

O rédito da INTERBOLSA é baseado no modelo de cinco etapas estabelecido pela IFRS 15:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;

- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e
- 5) Reconhecimento do rédito.

Assim, no início de cada contrato, a INTERBOLSA avalia os serviços prometidos e identifica, como obrigação de desempenho, cada promessa de transferência para o cliente de qualquer serviço. Estas promessas em contratos com clientes podem ser explícitas ou implícitas, desde que tais promessas criem uma expectativa válida no cliente de que a entidade transferirá um bem ou serviço para o cliente, com base em políticas publicadas, declarações específicas ou práticas comerciais habituais da entidade.

O reconhecimento do rédito ocorre no momento do cumprimento de cada obrigação de desempenho. O rédito obtido pela Liquidação é reconhecido quando este serviço é concluído enquanto que o rédito da Custódia é reconhecido ao longo do período em que este é prestado. O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, recebidos ou a receber. As prestações de serviços são reconhecidas no período a que respeitam, tal como preconiza o princípio contabilístico da especialização do exercício.

2.20 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas da empresa pelo número de ações ordinárias emitidas.

2.21 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem:

- i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados;
- ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
- iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

2.22 ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize, para aplicação dos princípios contabilísticos mais adequados, o julgamento e as estimativas necessárias.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela INTERBOLSA são analisadas como se segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da INTERBOLSA e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela INTERBOLSA é apresentada nas notas 2.1 a 2.23 às demonstrações financeiras.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela INTERBOLSA poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da INTERBOLSA e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

AMORTIZAÇÃO/DEPRECIÇÃO/IMPARIDADE DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são amortizados pelo método linear, tendo em conta a vida útil estimada que se espera que o ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos anualmente.

A determinação do método de amortizações/depreciações e das vidas úteis dos ativos e da determinação do valor residual tem impactos diretos no montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração do rendimento integral.

Os ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis são sujeitos a testes de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de o mesmo se basear na melhor informação disponível à data, as alterações de pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da empresa.

PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

As perdas de crédito esperadas são baseadas na avaliação efetuada pela Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e fatores prospetivos específicos aos clientes e ambiente económico. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, designadamente, alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas

estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e consequentemente diferentes impactos em resultados.

IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais podem rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela INTERBOLSA, durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes, principalmente, de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da INTERBOLSA, que, a haver correções, estas não serão correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe a expectativa e segurança de lucros tributários futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos.

É efetuada no final de cada período a avaliação dos ativos por impostos diferidos.

ESTIMATIVA DE JUSTO VALOR

A mensuração do justo valor presume que o ativo ou passivo é trocado numa transação ordenada entre participantes do mercado para vender o ativo ou transferir o passivo, na data de mensuração, sob as condições atuais de mercado. A mensuração do justo valor é baseada no pressuposto de que a transação de vender o ativo ou transferir o passivo pode ocorrer:

a) No mercado principal do ativo e do passivo, ou

b) Na ausência de um mercado principal, presume-se que a transação aconteça no mercado mais vantajoso. Este é o que maximiza o valor que seria recebido na venda do ativo ou minimiza o valor que seria pago para transferir o passivo, depois de considerar os custos de transação e os custos de transporte.

Devido ao facto de as diferentes entidades e os diferentes negócios dentro de uma única entidade poderem ter acesso a diferentes mercados, o mercado principal ou o mais vantajoso para o mesmo ativo ou passivo pode variar de uma entidade para outra, ou até mesmo entre negócios dentro de uma mesma entidade, mas pressupõe-se que estão acessíveis à INTERBOLSA.

A mensuração do justo valor utiliza premissas que participantes do mercado utilizariam na definição do preço do ativo ou passivo, assumindo que os participantes de mercado utilizariam o ativo de modo a maximizar o seu valor e utilização.

A INTERBOLSA utiliza as técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização de dados relevantes observáveis e minimizando a utilização de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos mensurados ao justo valor ou para os quais a sua divulgação é obrigatória são classificados segundo uma hierarquia de justo valor, que classifica em três níveis os dados a utilizar na mensuração pelo justo valor, detalhados abaixo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode aceder na data de mensuração;
- Nível 2 - Técnicas de valorização que utilizam inputs, que não sendo cotados, são direta ou indiretamente observáveis;
- Nível 3 - Técnicas de valorização que utilizam inputs não baseados em dados de mercado observáveis, ou seja, baseados em dados não observáveis.

É entendimento do Conselho de Administração que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

2.23 GESTÃO DE RISCO

A INTERBOLSA dedica uma atenção rigorosa e permanente à manutenção de um perfil de risco prudente, equilibrado e adequado à experiência e à capacidade de organização, preservando os objetivos básicos de solvabilidade, rentabilidade e adequada liquidez.

A INTERBOLSA enquanto entidade gestora de Sistemas Centralizados e de Sistemas de Liquidação, dispõe de um sistema de controlo interno que tem por objetivo a monitorização dos riscos inerentes à sua atividade, a minimização de imprevistos, a adaptação às mudanças no ambiente económico e competitivo e às mudanças de mercado, bem como, um mais eficaz desenvolvimento e crescimento da empresa.

RISCOS FINANCEIROS

a) Exposição a risco de crédito

Não existe qualquer concentração significativa de risco de crédito numa única contraparte ou grupo de contrapartes. A exposição máxima ao risco de crédito para cada classe de ativos financeiros é representada pelos valores escriturados dos respetivos ativos.

b) Exposição a risco de taxa de juro

A INTERBOLSA não tem constituído nenhum empréstimo bancário e as suas aplicações financeiras são efetuadas em ativos sem risco ou de risco reduzido, como sejam os depósitos a prazo de taxa fixa e com maturidade igual ou inferior a um ano. As referidas aplicações são realizadas junto de instituições financeiras de reconhecida credibilidade.

A INTERBOLSA não utiliza quaisquer instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro ou taxas de câmbio.

RISCO DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA

A 30 de junho de 2019, a valorização das emissões integradas na Central de Valores Mobiliários ascendia a 341.275.655.646 euros, como a seguir se discrimina:

Tipo	Nº Emissões	Valorização (€)
Ações	445	104.072.234.532
Direitos	11	347.628.371
Obrigações de dívida pública	27	137.013.588.535
Bilhetes de Tesouro	6	14.170.283.461
Obrigações de dívida privada	561	82.092.360.089
Valores mobiliários convertíveis (VMOC)	3	139.062.000
Papel Comercial	52	1.614.350.000
Títulos de Participação	2	79.103.038
Unidades de Participação	49	1.081.605.620
Warrants Autónomos	1.322	-
Certificados	132	-
Valores Estruturados	39	665.440.000

A valorização referida no quadro anterior é efetuada tendo por base ⁽¹⁾ o valor nominal, no caso dos valores mobiliários representativos de dívida e outros valores mobiliários não admitidos à negociação em mercado; os preços de mercado, para os valores mobiliários admitidos à negociação em mercado, que não sejam valores mobiliários representativos de dívida, divulgados pela respetiva entidade gestora; o valor da unidade de participação informado pela entidade gestora, para as unidades de participação não admitidas à negociação em mercado e o valor de emissão das ações sem valor nominal, não admitidas à negociação em mercado, correspondente à fração do capital social em causa.

(¹) No quadro acima, não é apresentada a valorização das emissões de warrants e certificados.

Os procedimentos de alerta de existência de falhas na liquidação, bem como os procedimentos de controle interno implementados, permitem monitorizar e mitigar os riscos inerentes a estas operações.

2.24 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
Utilização Sistema	415.901	394.073
Movimentação de Valores em conta e Sistemas de Liquidação	797.172	762.146
Exercício de Direitos e outros eventos	313.190	429.345
Manutenção de Emissões / Valores em conta	8.741.825	8.712.363
Registo de Emissões	140.730	142.960
Cancelamento de Emissões	109.525	40.870
Informação T2S	43.975	49.416
Outras Receitas	298.164	307.739
	<hr/>	<hr/>
	10.860.482	10.838.914
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

4 OUTROS PROVEITOS

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
Outros proveitos	73.140	100.535
Venda de ativos fixos tangíveis	-	10.500
	<hr/>	<hr/>
	73.140	111.035
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Na rubrica de Outros Proveitos encontra-se registado o rédito resultante de contratos de cedência de espaço nas instalações da INTERBOLSA, contrato de prestação de serviços de IT a entidades terceiras, bem como o redébito de custos suportados pela INTERBOLSA resultantes de serviços prestados pela Euroclear France e BNP Paribas a empresas do Grupo.

5 PERDAS POR IMPARIDADE DERIVADAS DE PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

Os movimentos efetuados foram os seguintes:

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
Saldo inicial da conta de ativo <i>“Perdas por imparidade derivadas de perdas de crédito esperadas”</i>	91.260	81.777
Ajustamentos em contas a receber por perdas de crédito esperadas	14.716	17.440
Reversões de ajustamentos de contas a receber por perdas de crédito esperadas	-	(627)
Utilização de ajustamentos de contas a receber por perdas de crédito esperadas	(974)	(7.124)
	<hr/>	<hr/>
Movimentos no período	13.742	9.689
	<hr/>	<hr/>
<i>Saldo final da conta de ativo “Ajustamentos em contas a receber por perdas de crédito esperadas”</i>	105.002	91.466
	<hr/>	<hr/>

6 GASTOS COM O PESSOAL

O número de trabalhadores ao serviço da INTERBOLSA em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro 2018 (excluindo os membros da Administração), distribuído por departamentos, foi o seguinte:

	30/06/2019	31/12/2018
Liquidação e Custódia – Central de Valores Mobiliários	12(*)	12(*)
Suporte – Área Financeira	1	1
Suporte – Área Jurídica	1	1
Suporte – Informática	16	16
Suporte – <i>Program Office & Gestão de Risco</i>	2	2
Suporte – <i>Facilities</i>	0	0
	<hr/>	<hr/>
	32	32
	<hr/>	<hr/>

(*) Um colaborador está em regime de pré reforma

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
Remunerações	977.841	1.082.069
Encargos sociais obrigatórios	187.750	210.247
Outras remunerações	33.029	26.523
Encargos com programas de plano de ações	32.946	34.817
Encargos com pensões e benefícios aos empregados (Nota 20)	133.604	170.538
Formação	11.698	1.653
Outros custos	42.972	839.742
	<hr/>	<hr/>
	1.419.840	2.365.589
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

O valor das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais:

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
Remunerações	163.449	161.269
Encargos sociais obrigatórios	18.671	18.672
Outras remunerações	-	-
Outros custos	1.752	1.726
	<hr/>	<hr/>
	183.872	181.667
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

7 AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
<i>Ativos fixos tangíveis:</i>		
Arte	-	-
F&F - Equipamento administrativo	-	240
M&E - Equipamento informático	42.263	35.145
LHI - Edifícios	-	-
TEQ – Equipamentos de transporte	-	10.285
OFA – Outros ativos fixos tangíveis	1.393	4.936
	43.656	50.606
<i>Ativos intangíveis:</i>		
SW – Software	183.507	360.010
	183.507	360.010
<i>Ativos sob o direito de uso:</i>		
Edifícios	60.192	-
Equipamento informático	53.192	-
	113.384	-
	340.548	410.616

8 GASTOS COM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
Licenças, manutenção e aquisição de <i>hardware</i>	26.866	63.764
Licenças e manutenção de <i>software</i>	249.503	239.796
Custos de/e com comunicações	86.537	95.906
	362.906	399.466

9 CONSULTORIA E SERVIÇOS PROFISSIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
Consultores fiscais e contabilísticos	4.125	(533)
Consultoria jurídica	2.420	4.850
Outra consultadoria e serviços profissionais	298.934	244.769
Auditoria e Revisão Oficial de contas	7.250	10.810
<i>Outsourcing</i>	515.001	425.519
	827.730	685.415

Na rubrica de Outra Consultoria e serviços profissionais encontra-se registado, entre outros, o montante relativo ao contrato de gestão e manutenção da rede de comunicações privada da INTERBOLSA (ligações entre o sistemas da INTERBOLSA e os sistemas dos seus participantes).

Na rubrica de *Outsourcing*, entre outros, encontra-se registado o montante relativo aos serviços de liquidação de operações realizados através da plataforma T2Securities, gerida pelo Banco Central Europeu.

10 INSTALAÇÕES E SERVIÇOS CONEXOS

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
Rendas de edifícios / custos com condomínio (*)	26.411	76.280
Segurança	26.140	24.895
Gás, água e eletricidade	18.871	16.092
Manutenção e serviços de limpeza	10.269	11.736
Outros	6.436	1.939
	88.127	130.942

(*) Com a adoção da IFRS 16 a 1 de Janeiro de 2019 o montante suportado com a renda do escritório onde se encontra sediada a INTERBOLSA deixou de estar registada nesta rubrica e passou, de acordo com a IFRS 16, a ser registada como amortizações (nota 7).

11 OUTROS GASTOS

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
Taxas de supervisão (CMVM)	380.000	378.281
Custos com viaturas	14.541	8.021
Seguros	45.010	38.963
Despesas de deslocação	36.595	36.709
Equipamento de escritório e manutenção	1.880	207
Quotizações		
Despesas bancárias		
Correio	2.679	1.644
Outros	15.330	23.882
	496.035	487.707

A Portaria n.º 342-B/2016 de 29 de dezembro, que altera a Portaria 913-I/2003 de 30 de agosto, estabelece no seu artigo 2.º as taxas de supervisão devidas pela INTERBOLSA à CMVM, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, baseando o cálculo da comissão no montante liquidado, quando se trate de sistema de liquidação, estabelecendo que o montante a cobrar não pode ser inferior a € 1.500 nem superior a € 7.500 ou, no montante das emissões que se encontram integradas no sistema centralizado no último dia de cada mês, definindo que a coleta não pode ser inferior

a € 45.000 nem superior a € 60.000, quando se trate de sistema centralizado de valores mobiliários. Mais, é definido que a entidade que gere simultaneamente Sistemas de Liquidação e Sistemas Centralizados de valores mobiliários fica apenas sujeita ao pagamento da taxa mais elevada. A INTERBOLSA em 2018 suportou o limite máximo estabelecido pela CMVM no montante mensal de € 60.000.

A Portaria 342-A/2016 de 29 de dezembro, autoriza, igualmente, a CMVM a majorar proporcionalmente as taxas, tarifas ou outros montantes que cobra aos agentes de mercado sob sua supervisão, por forma a fazer face ao encargo com a prestação para a Autoridade da Concorrência. Em 2018 o montante suportado pela INTERBOLSA com esta taxa foi de 33.750€.

12 PROVEITOS E GASTOS FINANCEIROS

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
	_____	_____
Outros proveitos / (gastos) financeiros (variações cambiais)	(13)	(31)
Juros suportados com ativos sob direito de uso	(3.280)	-
Outros juros suportados	(404)	(459)
	_____	_____
Resultado financeiro	(3.697)	(490)
	=====	=====

13 PROVISÃO PARA IMPOSTOS SOBRE LUCROS

A Sociedade é tributada pelo regime de tributação de grupos de sociedades liderado pela Euronext Lisbon, por autorização obtida ao abrigo do disposto no artigo 69º do Código do IRC. O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa incluída no Grupo de sociedades fiscal com base na sua situação fiscal individual.

A INTERBOLSA encontra-se sujeita a tributação em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%, acrescida de Derrama Municipal, à taxa de 1,50%, e ainda da Derrama Estadual, que se aplica ao lucro tributável: entre 1.500.000 € e 7.500.000 € à taxa de 3% e acima dos 7.500.000 € à taxa de 5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (ver Nota 2.), exceto quando tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da INTERBOLSA relativas aos anos de 2016 a 2019 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por

parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como se segue:

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
Imposto corrente do ano	1.931.361	1.694.083
Correção de anos anteriores	(12.537)	(2.127)
	<hr/>	<hr/>
	1.918.824	1.691.956
	<hr/>	<hr/>
Imposto diferido (ver Nota 16)		
Diferenças temporárias	782	(7.461)
Variação da Taxa de Imposto	-	-
	<hr/>	<hr/>
	782	(7.461)
	<hr/>	<hr/>
	1.919.606	1.684.495
	<hr/>	<hr/>

O apuramento do imposto corrente analisa-se como se segue:

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
Resultado antes de impostos	7.380.997	6.460.036
Variações patrimoniais negativas	-	-
Custos não aceites fiscalmente	34.241	45.509
Proveitos não tributados	(40.327)	(21.186)
	<hr/>	<hr/>
Rendimento tributável	7.374.911	6.484.359
Imposto corrente sobre o rendimento (1)		
• Matéria coletável - Taxa 21%	1.548.731	1.361.715
• Derrama – Taxa 1,50%	110.624	97.265
• Derrama Estadual	271.245	226.719
Despesas tributadas autonomamente (2)	761	8.384
	<hr/>	<hr/>
Imposto corrente sobre o rendimento (1) + (2) – (3)	1.931.361	1.694.083
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
<u>Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço</u>		
Imposto corrente sobre o rendimento		
- Reconhecimento como custo no exercício (1) + (2) – (3)	1.931.361	1.694.083
- Menos: Pagamentos por conta e especial por conta	-	-
- Menos: Retenções na fonte	-	-
- Saldo corrente a pagar (receber)	1.931.361	1.694.083
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

A taxa nominal de imposto e a taxa efetiva de imposto é como a seguir se discrimina:

	30/06/2019	30/06/2018
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
Imposto corrente do período:		
Imposto corrente imputado a resultados	1.931.361	1.694.083
Imposto diferido	782	(7.461)
	<hr/>	<hr/>
Total do imposto registado em resultados (1)	1.932.143	1.686.622
	<hr/>	<hr/>
Resultado antes de impostos (2)	7.380.997	6.462.163
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Taxa efetiva de imposto ((1)/(2))	26,17%	26,10%
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Os saldos de impostos a recuperar e impostos a pagar, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, a rubrica de gastos a reconhecer (diferimentos) não foi considerada nesta desagregação por ser constituída por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

15 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como se segue:

	30/06/2019	31/12/2018
	Euros	Euros
	-----	-----
<i>Custo:</i>		
ART – Arte	52.816	52.816
F&F - Equipamento administrativo	85.023	85.023
M&E - Equipamento informático	1.012.007	999.908
LHI - Edifícios	119.838	119.838
TEQ – Equipamentos de transporte	262.613	262.613
OFA – Outros ativos fixos tangíveis	117.823	117.823
	-----	-----
	1.650.120	1.638.021
	-----	-----
<i>Depreciações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(43.656)	(109.290)
Relativas a exercícios anteriores	(1.393.535)	(1.284.244)
	-----	-----
	(1.437.191)	(1.393.535)
	=====	=====
	212.929	244.486
	-----	-----

Os movimentos ocorridos na rubrica “Ativos fixos tangíveis” no período findo em 30 de junho de 2019 analisam-se como se segue:

	Saldo em 31/12/2018	Vendas/Abates	Aquisições/Dotações	Saldo em 30/06/2019
<i>Custo:</i>				
ART –Arte	52.816	-	-	52.816
F&F - Equipamento administrativo	85.023	-	-	85.023
M&E - Equipamento informático	999.908	-	12.099	1.012.007
LHI - Edifícios	119.838	-	-	119.838
TEQ – Equipamentos de transporte	262.613	-	-	262.613
OFA – Outros ativos fixos tangíveis	117.823	-	-	117.823
	1.638.021	-	12.099	1.650.120
<i>Depreciações acumuladas:</i>				
ART –Arte	-	-	-	-
F&F - Equipamento administrativo	85.023	-	-	85.023
M&E - Equipamento informático	823.532	-	42.263	865.795
LHI - Edifícios	119.838	-	-	119.838
TEQ – Equipamentos de transporte	262.613	-	-	262.613
OFA – Outros ativos fixos tangíveis	102.529	-	1.393	103.922
	1.393.535	-	43.656	1.437.191
	244.486	-	(31.557)	212.929

As locações financeiras, a 30 de junho de 2019, não consideradas para efeitos da aplicação da IFRS 16, que se encontram registadas em ativos fixos tangíveis, em termos de prazos residuais, são apresentadas como se segue:

	Locações			
	Até 1 ano Euros	De 1 a 5 anos Euros	A mais de 5 anos Euros	Total Euros
Rendas vincendas	6.446	-	-	6.446
Juros vincendos	173	-	-	173
Valores residuais	16.456	-	-	16.456
	23.075	-	-	23.075

Os juros são ajustados semestral (dois contratos) de acordo com a evolução da Euribor a seis meses. Os valores que constam no quadro acima são os valores calculados a 30 de junho de 2019.

16 ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como se segue:

	30/06/2019	31/12/2018
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
<i>Custo:</i>		
<i>Software adquirido</i>	751.447	740.079
<i>Software desenvolvido internamente – T2S</i>	2.129.399	2.129.399
	<hr/>	<hr/>
	2.880.846	2.869.478
	<hr/>	<hr/>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
<i>Relativas ao exercício corrente</i>	183.507	720.019
<i>Relativas a exercícios anteriores</i>	2.674.144	1.954.125
	<hr/>	<hr/>
	2.857.651	2.674.144
	<hr/>	<hr/>
	23.195	195.334
	<hr/>	<hr/>

Os movimentos da rubrica Ativos Intangíveis, a 30 de junho de 2019, são analisados como se segue:

	Saldo em 31/12/2018	Vendas/ Abates	Aquisições / Dotações	Saldo em 30/06/2019
<i>Custo:</i>				
Software adquirido	740.079	-	11.368	751.447
Software desenvolvido internamente	2.129.399	-	-	2.129.399
	<u>2.869.478</u>	<u>-</u>	<u>11.368</u>	<u>2.880.846</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>				
Software	722.195	-	6.057	728.252
Software desenvolvido internamente"	1.951.949	-	177.450	2.129.399
	<u>2.674.144</u>	<u>-</u>	<u>183.507</u>	<u>2.857.651</u>
	<u>195.334</u>	<u>-</u>	<u>(172.139)</u>	<u>23.195</u>

17 DIREITO DE USO

Com a implementação, a 1 de janeiro de 2019, da IFRS 16 a INTERBOLSA procedeu ao registo nesta rubrica de três contratos de locação, um relativo ao espaços que ocupa para desenvolver a sua atividade e os outros dois relativos a equipamento informático.

	Mensuração inicial	Término da amortização
Edifício	355.372	31/08/2021
Equipamento informático	171.979	30/06/2021
Equipamento informático	225.558	31/01/2024

Os movimentos nesta rubrica, a 30 de junho de 2019, são analisados como se segue:

	Saldo em 31/12/2018	Adopção da IFRS 16 – 01/01/2019	Aquisições / Dotações	Alienações/ Abates	Saldo em 30/06/2019
<i>Custo:</i>					
Edifícios	-	321.024	-	(34.348)	321.024
Equipamento informático	-	397.537	-	-	397.537
	-	718.561	-	(34.348)	718.561
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
Edifícios	-	-	60.192	.	60.192
Equipamento informático	-	-	53.192	-	53.192
	-	-	113.384	-	113.384
	-	-	605.177	(34.348)	605.177

18 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Esta rubrica é analisada como se segue:

	30/06/2019	31/12/2018
	Euros	Euros
ANNA (1 share)	1.250	1.250
FCT – Fundo de Compensação de Trabalho	192	-
	1.442	1.250

19 ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

A INTERBOLSA regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como se segue:

	30/06/2019		31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Euros	Euros	Euros	Euros
Ativos fixos tangíveis: amortizações	-	-	-	-
Perdas por imparidade derivadas de perdas de crédito esperadas	2.113	-	1.693	-
Custos não aceites fiscalmente em 2018 (indenizações registadas mas ainda não liquidadas)	671.370	-	708.214	-
Plano de ações - remunerações	119.851	-	86.904	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	793.334	-	796.811	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	22,50%	-	22,50%	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Ativos / Passivos por impostos diferidos	178.500	-	179.282	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos são os seguintes:

	30/06/2019	31/12/2018
	Euros	Euros
Saldo no início do período	179.282	22.305
Dotação a resultados transitados	-	-
Dotação a resultados do período	(782)	156.977
	<hr/>	<hr/>
Saldo no final do período	178.500	179.282
	<hr/>	<hr/>

20 DEVEDORES E OUTROS ATIVOS

Esta rubrica é analisada como se segue:

	30/06/2019	31/12/2018
	Euros	Euros
Devedores e outros ativos não correntes		
- Devedores diversos	11.071	-
	<u>11.071</u>	<u>-</u>
Devedores e outros ativos correntes		
- Clientes	2.325.547	2.320.368
- Devedores diversos	27.151	37.856
- Diferimentos (gastos a reconhecer)	308.520	181.882
- Imparidade para devedores (Ver Nota 3)	(105.002)	(91.260)
	<u>2.556.216</u>	<u>2.448.846</u>

21 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica é analisada como se segue:

	30/06/2019	31/12/2018
	Euros	Euros
<i>Numerário:</i>		
Caixa	-	-
<i>Depósitos bancários:</i>		
Depósitos à ordem	19.938.004	23.160.119
	<u>19.938.004</u>	<u>23.160.119</u>

22 CAPITAL

O capital social da INTERBOLSA no montante de Euros 5.500.000 representado por 5.500.000 ações de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

O capital social da INTERBOLSA, em 30 de junho de 2019, é detido em 100% pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

Os resultados por ação (EPS) atribuíveis ao acionista da INTERBOLSA, são analisados como segue:

	30/06/2019	31/12/2018
	Euros	Euros
Resultado líquido	5.461.391	9.971.586
N.º de ações	5.500.000	5.500.000
Resultado por ação (Básico)	0,99	1,81

A INTERBOLSA calcula o resultado básico por ação usando o número de ações emitidas durante o período de relato.

23 RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica é analisada como se segue:

	30/06/2019	31/12/2018
	Euros	Euros
Reserva legal	5.500.000	5.500.000
Outras reservas – Perdas atuariais (Nota 22)	(2.135.601)	(1.610.601)
Resultados transitados	2.827.058	2.827.058
Plano de ações	(60.297)	(60.627)
	6.131.160	6.655.829

RESERVA LEGAL

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou para aumento do capital social da Sociedade.

OUTRAS RESERVAS

Referem-se aos ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais (ganhos e perdas atuariais).

RESULTADOS TRANSITADOS

Referem-se a resultados gerados em exercícios anteriores e não distribuídos.

24 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Planos de benefício definido

Por contrato de 27 de dezembro de 2001 foi constituído um fundo de pensões de benefício definido, que se denomina “Fundo de Pensões da INTERBOLSA”, com o objetivo de garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência, independentemente da Segurança Social.

O referido Fundo de Pensões, com duração por tempo indeterminado, é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e engloba responsabilidades com efeitos contados desde a data de constituição da INTERBOLSA.

A INTERBOLSA procedeu à alteração do Plano de Pensões de Benefício Definido, no sentido deste último deixar de abranger novos Participantes, bem fixar por referência 31 de dezembro de 2016 o tempo de serviço e remuneração pensionável dos participantes do Fundo.

As responsabilidades decorrentes do Fundo de Pensões foram determinadas através de estudo atuarial elaborado pela Mercer, Human Resource Consulting, S.A..

A responsabilidade líquida da INTERBOLSA com o Fundo de Pensões é calculada anualmente, à data de fecho de contas, pelo que no presente relatório é apresentada uma estimativa efetuada pela entidade acima mencionada.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
NÚMERO DE PARTICIPANTES		
Pessoal no ativo	32	32
Ex-funcionários	12	12
Pensionista	4	4
	<u>48</u>	<u>48</u>

A 31 de dezembro de 2018 a média de idades dos participantes no ativo é de 54,7 anos sendo a média de serviço de 24,3 anos.

Conforme referido na Nota 2.14, os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos na rubrica de “outras reservas”, em capital próprio.

Adicionalmente, a IAS 19R prevê que o custo financeiro do plano de benefícios com fundo constituído, deve ser calculado pela aplicação da taxa de desconto ao saldo líquido das responsabilidades estimadas e do justo valor dos ativos do plano, quer se trate de um saldo positivo ou negativo.

Os valores reconhecidos no resultado líquido do período e no rendimento integral relativos a este plano de benefícios definidos foram como se segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Custo dos serviços correntes		
Custo financeiro líquido	9.000	28.000
Componentes do custo do benefício definido reconhecidas no resultado líquido do período	9.000	28.000
Remensurações no passivo líquido do benefício definido:		
- Efeito das alterações nos pressupostos demográficos	-	-
- Efeito das alterações nos pressupostos financeiros	833.000	(740.000)
- Outros ajustamentos	-	(101.000)
- Retorno dos ativos do plano	(308.000)	450.000
Componentes do custo / (proveito) do benefício definido reconhecidos no resultado integral	525.000	(391.000)
Total das componentes do custo / (proveito) do benefício definido	534.000	(363.000)

A quantia reconhecida na demonstração da posição financeira da INTERBOLSA, resultante da obrigação deste plano de benefícios definidos é como se segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações do plano de benefícios definidos	6.828.092	5.943.092
Justo valor dos ativos do plano	5.501.000	5.150.000
Responsabilidade líquida resultante do plano de benefício definido	1.327.092	793.092
Responsabilidade líquida resultante do plano de contribuição definido	18.156	-
Responsabilidade líquida com os planos de fundos de pensão	1.345.248	793.092

Os movimentos no valor presente das obrigações do plano de benefícios definidos analisam-se como segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Obrigações do plano de benefícios definidos - Saldo inicial	5.943.092	6.654.092
Custo dos serviços correntes	-	-
Custo dos juros	68.000	146.000
Benefícios pagos	(16.000)	(16.000)
Remensurações:		
- Efeito das alterações nos pressupostos demográficos	-	-
- Efeito das alterações nos pressupostos financeiros	833.000	(740.000)
- Outros ajustamentos	-	(101.000)
	<hr/>	<hr/>
Obrigações do plano de benefícios definidos - Saldo final	<u>6.828.092</u>	<u>5.943.092</u>

Os movimentos no valor dos ativos do plano analisam-se como segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Justo valor dos ativos do plano - Saldo inicial	5.150.000	5.358.000
Rendimento financeiro	59.000	118.000
Contribuições efetuadas pela INTERBOLSA	-	140.000
Benefícios pagos	(16.000)	(16.000)
Remensurações:		
- Retorno dos ativos do plano	308.000	(450.000)
	<hr/>	<hr/>
Justo valor dos ativos do plano - Saldo final	<u>5.501.000</u>	<u>5.150.000</u>

A composição do justo valor dos ativos do fundo está de acordo com o conjunto de diretrizes e princípios orientadores, com base nos quais a CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. deverá conduzir e controlar a gestão do Fundo.

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é analisada como se segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Taxa de crescimento salarial		
Ativos	= inflação (1,50%)	= inflação (1,50%)
Direitos adquiridos	= inflação (1,50%)	= inflação (1,50%)
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	1,60%	2,30%
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 100%	EVK 80 100%
Idade de reforma	66 anos	66 anos
Decrementos utilizados	100% da EKV 1980	100% da EKV 1980

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Em 1 de janeiro de 2017 a INTERBOLSA criou um Plano de Pensões de Contribuição Definida, conforme referido na Nota 2.14.

O referido Fundo de Pensões é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A 30 de junho de 2019 o número de participantes era de 33, sendo que o total de contribuições efetuadas para este fundo, por parte da INTERBOLSA e dos seus colaboradores, foi no montante de:

Exercício	Contribuição		
	INTERBOLSA	Colaboradores	TOTAL
2017	233.302	-	233.302
2018	279.841	9.417	289.258
2019	124.604	4.261	128.865
TOTAL	637.747	13.678	651.425

25 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Com a implementação, a 1 de janeiro de 2019, da IFRS 16 a INTERBOLSA procedeu ao registo nesta rubrica de três contratos de locação, um relativo ao espaços que ocupa para desenvolver a sua atividade e os outros dois relativos a equipamento informático.

A mensuração inicial do passivo foi efetuada tendo uma taxa de desconto de 1%.

Os movimentos desta nesta rubrica a esta data são os seguintes:

				a 30 de Junho de 2019		
	Reconhecimento Inicial	Pagamentos efetuados	Juros suportados	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Edifício	355.372	67.552	1.640	132.818	156.641	289.459
Equipamento informático	397.537	54.062	1.640	112.960	232.155	345.115
	752.909	121.614	3.280	245.778	388.796	634.574

26 CREDORES E OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica é analisada como se segue:

	30/06/2019	31/12/2018
	Euros	Euros
Fornecedores de bens e serviços	47.502	89.271
Financiamentos obtidos (Leasing)	22.902	30.701
Estado e Outros Entes Públicos	585.672	587.207
Outros credores	594	
Acréscimos de gastos	1.866.130	1.921.698
Credores correntes	2.522.800	2.628.877

Os acréscimos de gastos analisam-se como se segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Estimativa para férias e subsídio de férias	324.182	316.774
Estimativa para bónus	177.801	362.158
Gastos incorridos ainda não faturados	692.777	534.553
Outros acréscimos	671.370	708.213
	1.866.130	1.921.698

Na rubrica Outros acréscimos encontra-se registado o montante relativo (i) aos acordos para a rescisão de contratos de trabalho mas ainda não liquidadas; e (ii) o montante por liquidar do acordo de pré-reforma em vigor.

27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Resumem-se, como se segue, os saldos da INTERBOLSA a 30 de junho de 2019 e 31 dezembro 2018 com partes relacionadas:

Balanço:	30/06/2019	31/12/2018
Ativos Correntes:		
Clientes:		
Euronext Paris	450	450
Outros ativos - <i>Cash Pooling</i> – Euronext Paris (Nota 18)	-	-
Passivos Correntes:		
Credores e outros Passivos		
Euronext NV	268.317	231.308
	268.767	231.758

As transações com partes relacionadas durante o exercício findo em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram como se segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Proveitos e ganhos:		
Euronext Paris	2.700	26.997
Euronext NV	500	500
Gastos e perdas:		
Euronext NV	4.393	9.053
	7.593	36.550

28 GESTÃO DE CAPITAL

Tendo em conta que por gestão de capital se compreende um conceito de maior amplitude que o da rubrica de “capital próprio” que figura no Balanço, a INTERBOLSA estabelece os seguintes objetivos quanto a esta matéria:

- Cumprir com os requisitos de capital definidos no Regulamento (UE) n.º 909/2014, de 23 de julho (abreviadamente *CSD Regulation*);
- Assegurar que a capacidade de continuidade de negócio da INTERBOLSA é constantemente tida em consideração de modo a que continue a ser dado retorno de investimento e benefícios aos acionistas; e
- Manter uma sólida base de capital que apoie o desenvolvimento da sua atividade.

A adequacidade de capital e a utilização de capital regulamentar são monitorizados regularmente pela INTERBOLSA, pelo Grupo Euronext.

A *CSD Regulation* estabelece no artigo 47º que o capital, juntamente com os resultados retidos e as reservas, deve ser proporcional aos riscos decorrentes da atividade da CSD.

O capital deve a ser suficiente, a todo o momento, para garantir que a CSD dispõe de proteção adequada contra riscos operacionais, jurídicos, de custódia, de investimento e comerciais, para que a CSD possa continuar a prestar serviços em condições normais de atividade e permitir a liquidação ordenada ou a reestruturação das atividades da CSD ao longo de um período de tempo adequado de, pelo menos, seis meses num leque de cenários de esforço.

A INTERBOLSA cumpre os requisitos de capital estabelecidos no artigo 47º do Regulamento (UE) n.º 909/2014, de 23 de julho (abreviadamente *CSD Regulation*)

Mensalmente, é remetida à CMVM informação financeira que lhe permite aferir o cumprimento das disposições legais em matéria de fundos próprios da INTERBOLSA.

O Grupo Euronext e as suas participadas, da qual a INTERBOLSA é parte integrante, cumprem com todos os requisitos de capital estabelecidos e aos quais se encontram sujeitos.

29 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A INTERBOLSA não tem qualquer ativo ou passivo contingente, passível de ser divulgado.

30 EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde 30 de junho de 2019 até à presente data não se verificaram quaisquer eventos suscetíveis de originar divulgações ou ajustamentos às contas.

Porto, 27 de agosto de 2019

Técnico Oficial de Contas (n.º 54050)

Miguel Brochado

O Conselho de Administração

Presidente Isabel Rute Ucha da Silva

Vogal Rui Samagaio de Matos

Vogal Anne Giviskos

Vogal Clara Raposo

Vogal Joaquim Cadete

Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras Condensadas

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras condensadas anexas de INTERBOLSA - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração Condensada da Posição Financeira em 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 23.526.534 euros e um total de capital próprio de 17.092.551 euros, incluindo um resultado líquido de 5.461.391 euros), a Demonstração Condensada do Rendimento Integral, a Demonstração Condensada de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Condensada dos Fluxos de Caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras condensadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras condensadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34), e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 - Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras condensadas anexas de INTERBOLSA - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. em 30 de junho de 2019, não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Porto, 27 de agosto de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Sandra e Sousa Amorim - ROC n.º 1213
Registada na CMVM com o n.º 20160824